

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

VANEY CUNHA

DE BARRA SECA A JAGUARÉ: CULTURA CÍVICA E CAPITAL SOCIAL

VITÓRIA
2008

VANEY CUNHA

DE BARRA SECA A JAGUARÉ: CULTURA CÍVICA E CAPITAL SOCIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. João Gualberto Moreira Vasconcellos.

VITÓRIA

2008

VANEY CUNHA

DE BARRA SECA A JAGUARÉ: CULTURA CÍVICA E CAPITAL SOCIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração.

Aprovada em 26 de junho de 2008.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. João Gualberto Moreira Vasconcellos
Universidade Federal do Espírito Santo

Profa. Dra. Márcia Prezzotti
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Alfredo Rodrigues Leite da Silva
Fucape Business School

À Marizete Nascimento da Cunha por estar sempre ao meu lado, mesmo que não fisicamente.

AGRADECIMENTOS

À Ane Ramaldes, esposa, companheira e amiga, cuja contribuição foi fundamental para o término deste trabalho. À pequena Lara, um grande presente que me foi dado. À família Jantorno pela acolhida. A todas as pessoas e instituições de Jaguaré pelas importantes contribuições. Ao Prof. Dr. João Gualberto pelas sábias palavras e direcionamento preciso. À Petrobras pelo incentivo.

“A confiança é a moeda da democracia”.

Robert Putnam

RESUMO

O presente trabalho discute os conceitos de desenvolvimento local, cultura cívica e capital social. Para sua realização é tomado como objeto de estudo o município de Jaguaré, localizado ao norte do Estado do Espírito Santo. Visa a analisar a existência de capital social naquele espaço a partir de uma análise sócio-histórica. Após a análise dos dados, são apontados possíveis ciclos históricos existentes, sendo o primeiro o da colonização, onde a cultura cívica e o capital social mostram-se presentes; o segundo diz respeito ao processo pós-emancipação que levou a divergências políticas, gerando enfraquecimento das relações de cooperação e confiança; por fim, o terceiro ciclo refere-se à rearticulação do capital social por meio de uma iniciativa do poder público local.

Palavras-chave: desenvolvimento local, cultura cívica, capital social.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Regiões administrativas italianas.....	31
Figura 2 – Modelo de governança para avaliação do desempenho institucional..	33
Figura 3 – Redes de confiança.....	39
Figura 4 – Tradições cívicas e comunidade cívica contemporânea.....	41
Figura 5 – Tradições de participação cívica, 1860-1920 e desempenho institucional, 1978.....	42
Figura 6 – Tradições cívicas nas regiões italianas, 1860-1920.....	43
Figura 7 – Microrregiões do Espírito Santo.....	45
Figura 8 – Mapa de Jaguaré após a emancipação e seus respectivos distritos...	56

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Indicadores de desempenho institucional.....	35
Quadro 2 – Subdivisão do capital de acordo com o Banco Mundial.....	37
Quadro 3 – Linha do tempo de Jaguaré.....	50
Quadro 4 – Trecho da ata de reunião realizada em 30 de novembro de 1968.....	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População por situação de domicílio.....	52
Tabela 2 – Nível educacional da população jovem.....	57
Tabela 3 – Nível educacional da população adulta (25 anos ou mais).....	57
Tabela 4 – Indicadores de longevidade, mortalidade e fecundidade.....	58
Tabela 5 – Indicadores de renda, pobreza e desigualdade.....	58
Tabela 6 – Estratificação fundiária do município de Jaguaré.....	59
Tabela 7 – Principais atividades agrícolas do município – Ano 2007.....	62
Tabela 8 – Royalties + Participações Especiais, Espírito Santo, 1999 a 2007.....	66
Tabela 9 – Royalties e participações especiais corrigidos pelo IGP-DI (2007).....	67
Tabela 10 – Arrecadação de Jaguaré com <i>royalties</i> e participações especiais gerados pelo petróleo, 1999 – 2007.....	69
Tabela 11 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) em Jaguaré.....	72
Tabela 12 – Ranking IDH-M – Espírito Santo.....	76

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição populacional em Jaguaré.....	54
Gráfico 2 – Taxa de Urbanização em Jaguaré.....	55
Gráfico 3 – Principais municípios beneficiários de Royalties e Participações Especiais comparados com a arrecadação do governo do Espírito Santo (2007).....	68
Gráfico 4 – Evolução do pagamento de Royalties + Participações Especiais, Jaguaré, 1999 a 2007 (em milhões de reais).....	70
Gráfico 5 – Comparativo IDH - Espírito Santo, Vitória, Jaguaré e São Caetano do Sul.....	73
Gráfico 6 – Tempo necessário para Jaguaré alcançar o IDH de São Caetano do Sul, Vitória e Espírito Santo.....	74
Gráfico 7 – Diagrama de dispersão, Municípios do Espírito Santo, IDH-M (1991 – 2000).....	79

LISTA DE RELATOS

Relato 1 – Rita Falchetto, moradora de Jaguaré e filha de Nicolau Falchetto, primeiro comerciante local.....	46
Relato 2 – Nery de Rossi, gerente de engenharia de produção da Unidade de Negócio de Exploração e Produção da Petrobras no Espírito Santo.....	64
Relato 3 – Nicolau Falchetto, pioneiro e primeiro comerciante de Jaguaré.....	82
Relato 4 – Polônia Falchetto, pioneira de Jaguaré.....	83
Relato 5 – Nery de Rossi, gerente de engenharia de produção da Unidade de Negócio de Exploração e Produção da Petrobras no Espírito Santo.....	89

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. MARCOS TEÓRICOS, CONCEITOS E REFLEXÕES ACERCA DA CULTURA CÍVICA E DO CAPITAL SOCIAL.....	18
1.1. ANÁLISES DO DESENVOLVIMENTO.....	18
1.1.1. Considerações acerca do desenvolvimento a partir da crítica de Milani.....	18
1.1.2. O desenvolvimento a partir de Cornelius Castoriadis.....	21
1.2. CULTURA CÍVICA: A CONTRIBUIÇÃO DE ALEXIS DE TOCQUEVILLE.....	26
1.2.1. Participação cívica.....	28
1.2.2. Igualdade política.....	29
1.2.3. Solidariedade, confiança e tolerância.....	29
1.2.4. Associações: estruturas sociais da cooperação.....	30
1.3. FUNDAMENTOS DO CAPITAL SOCIAL.....	31
1.3.1. Os estudos de Robert Putnam.....	31
1.3.2. Do desempenho institucional.....	32
1.3.3. Conceitos de capital social.....	37
2. DE BARRA SECA A JAGUARÉ: UMA TRAJETÓRIA HISTÓRICA.....	44
2.1. ASPECTOS HISTÓRICOS DO MUNICÍPIO.....	44
2.2. ASPECTOS GERAIS.....	52
2.2.1. População e organização geográfica.....	52
2.2.2. Educação, longevidade e renda.....	56
2.3. ASPECTOS ECONÔMICOS.....	58
3.3.1. O agronegócio.....	58
3.3.2. A economia do petróleo em Jaguaré.....	62
2.4. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	71
2.4.1. Conceitos gerais.....	71
2.4.2. IDH em Jaguaré.....	71

4. JAGUARÉ: POSSÍVEIS CICLOS HISTÓRICOS DO MUNICÍPIO.....	80
4.1. PRIMEIRO CICLO: A COLONIZAÇÃO A PARTIR DAS RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO E CONFIANÇA.....	81
4.2. SEGUNDO CICLO: DISPUTAS POLÍTICAS COMO FATORES PARA UMA POSSÍVEL DESARTICULAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL EM JAGUARÉ.....	86
4.3. TERCEIRO CICLO: POSSÍVEIS CAMINHOS PARA A REARTICULAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL.....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	97

INTRODUÇÃO

O principal caminho adotado para a elaboração deste trabalho foi a partir da obra de Robert Putnam (2006), com base em seus estudos na Itália. De acordo com o autor, o desenvolvimento é um elemento que não está ligado apenas às questões econômicas, e uma função vital para o desempenho local está centrada fortemente nas relações de cooperação e confiança construídas ao longo de sua trajetória histórica por meio de uma cultura cívica.

A partir de pesquisas que contemplaram uma análise aprofundada da Itália ao longo da criação de suas administrações regionais, Putnam (2006) esclarece que os fatores que favoreceram o desenvolvimento do norte italiano não estavam relacionados apenas com a capacidade de suas regiões gerarem riquezas, mas em sua habilidade em garantir o bom desempenho institucional por meio de uma sociedade democrática, participativa e cidadã, fundamentais para o círculo virtuoso naqueles territórios.

Deste modo, a partir das pesquisas de Putnam (2006), pretendeu-se neste trabalho estudar o capital social no município de Jaguaré, localizado no interior do Estado do Espírito Santo. A escolha deste objeto deveu-se ao fato de ser um espaço de destaque no norte capixaba, impulsionado principalmente pela produção petrolífera a partir do início deste século.

Em suas primeiras décadas de existência o então povoado de Barra Seca, colonizado principalmente por descendentes de imigrantes italianos oriundos das regiões sul e sudoeste serrana do Espírito Santo, tinha como característica a participação popular em praticamente todas as obras (de interesse público ou privado), que eram realizadas por meio de mutirões envolvendo a população local.

A exemplo de outras localidades colonizadas por italianos, a igreja era o principal espaço para a organização civil e serviu de berço para o surgimento de inúmeras associações, sejam elas de interesse comercial ou até mesmo recreativo. Entretanto, aparentemente a partir de sua emancipação, em 1981, até o final dos anos 1990 as relações de cooperação foram desgastadas provavelmente em função

de uma política local que não favorecia a permanência de relações de cooperação e confiança naquele espaço.

Em 1999, a partir de uma iniciativa do poder público, foram criados fóruns de discussão em prol do desenvolvimento de Jaguaré. Assim, parte-se do princípio que o capital social existente deva ser rearticulado pelo poder executivo municipal utilizando-se do maior volume de recursos arrecadados nos últimos anos, principalmente em função das novas tecnologias agrícolas implementadas nas lavouras e das descobertas de poços de petróleo na região de Fazenda Alegre, que já somam uma produção de cerca de 27 mil barris por dia, rendendo *royalties* da ordem de R\$ 7,5 milhões/ano¹, correspondendo a cerca de 20% da arrecadação municipal. Embora a possibilidade de participação do poder público possa ser compreendida como elemento fundamental para a retomada do capital social, parte-se do pressuposto de que a nova realidade no município tenha como elemento de sustentação as relações de cooperação e confiança encontradas em sua origem.

Tendo como ponto de referência os estudos neo-institucionalistas², pode-se propor o cruzamento da cultura com as instituições, ou seja, os fatores culturais instalados – como as relações cívicas, de confiança e cooperação – dando conteúdo às ações institucionais. Os estudos de Putnam (2006) apontam para algo semelhante no norte da Itália quando da criação das administrações regionais naquele país.

Nesse contexto, com o propósito de pesquisar o desenvolvimento numa perspectiva local, este trabalho pretendeu analisar os conceitos de desenvolvimento local e capital social tomando por base a realidade sócio-histórica de Jaguaré. Sua relevância encontra-se na possibilidade de estabelecer parâmetros para a análise em outros espaços e que contribuam para os estudos acerca do desenvolvimento local.

Quanto aos aspectos metodológicos, para que fossem atingidos os objetivos deste estudo foi utilizada, quanto à natureza, a pesquisa qualitativa e, quanto ao tipo, a pesquisa exploratória (VERGARA, 1998). A pesquisa levou em consideração a

¹ De acordo com a publicação “Espírito Santo: anuário 2007”, do Jornal A Gazeta.

² Não é objetivo neste estudo aprofundar os conceitos inerentes ao neo-institucionalismo.

utilização de dados secundários a partir de levantamentos bibliográficos e documentais e teve por objetivo maior a aproximação com o objeto empírico, neste caso o município de Jaguaré. O pesquisador foi a campo com a finalidade de obter dados primários, sendo as fontes de dados os indivíduos “portadores” de informações que pudessem, de alguma forma, apontar para a construção de uma trajetória histórica do município e que servisse de base para a análise do desenvolvimento de Jaguaré, bem como a existência ou não de uma cultura cívica e de relações de confiança e cooperação.

Quanto à pesquisa de campo, por se tratar de um estudo qualitativo não houve interesse na determinação de uma amostra probabilística. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas individuais em profundidade com roteiro semi-estruturado. Foram entrevistados dez indivíduos, que atenderam pelo menos um dos critérios a seguir:

- a) Profundos conhecimentos da trajetória histórica independente do tempo de moradia no município de Jaguaré;
- b) Participação direta ou indireta em instituições públicas ou privadas da localidade;
- c) Proximidade com personagens que participaram da construção do município;
- d) Participação em movimentos comunitários e sociais do município.

Quanto à organização, este trabalho está subdividido em três capítulos. No primeiro, são discutidos os conceitos de desenvolvimento local, capital social e cultura cívica. No segundo, é realizado um levantamento histórico de Jaguaré, bem como os aspectos ligados à sua estrutura social e econômica. No terceiro capítulo, é apresentada uma proposta de ciclos que aparentemente marcaram a trajetória do município.

1. MARCOS TEÓRICOS, CONCEITOS E REFLEXÕES ACERCA DA CULTURA CÍVICA E DO CAPITAL SOCIAL

Algumas questões podem surgir a partir do discurso acerca do desenvolvimento. Ele depende do crescimento econômico de um dado espaço? O desenvolvimento está sujeito a políticas compensatórias nos âmbitos governamental e empresarial? A cultura é elemento fundamental para o desenvolvimento? As relações de confiança e cooperação são necessárias para o desenvolvimento? (DE FRANCO, 2002).

Como indica Castoriadis, “o desenvolvimento tornou-se tanto um *slogan* quanto um tema da ideologia oficial e ‘profissional’ [...] bem como das políticas de governo” (1987, p. 135). Embora sob críticas, sua origem, de acordo com o autor, encontra-se na celebração do “progresso” na sociedade do século XIX.

Tema em constante debate, o desenvolvimento está no epicentro da cultura capitalista e figura-se nos grandes nós da sociedade contemporânea. Contudo, Milani (2004) adverte que o universalismo do desenvolvimento passou a ser severamente questionado. Por meio de novas metodologias, governos, sociedade civil organizada e entidades de apoio (como o Sebrae, no Brasil) têm buscado respostas e estratégias que possam maximizar o potencial do desenvolvimento de países, regiões, estados, municípios e até mesmo organizações.

Nesse contexto, o desenvolvimento deve ser estudado levando em conta as diversas realidades sociais, culturais, políticas e econômicas nos mais variados espaços, sejam eles públicos ou privados; locais, regionais ou nacionais. Assim, o presente trabalho visa a contribuir para a compreensão da temática do desenvolvimento em um espaço específico tendo por base os conceitos de cultura cívica e capital social.

1.1. ANÁLISES DO DESENVOLVIMENTO

1.1.1. Considerações acerca do desenvolvimento a partir da crítica de Milani

Conforme aponta Milani³ (2004), a visão universalista do desenvolvimento passou a ser questionada. Nesse contexto, a legitimação do desenvolvimento econômico em

³ Professor-adjunto da Universidade Federal da Bahia e coordenador do LABMUNDO, Laboratório de Análise Política Mundial. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Relações

detrimento do social e cultural é colocada em xeque. “O desenvolvimento é igualmente criticado em seus fundamentos, em suas práticas freqüentemente contraditórias e em seus mitos fundadores” (MILANI, 2004, p. 9).

Ao citar os estudos de Gilbert Rist (1996, apud MILANI, 2004), que tratava o desenvolvimento como uma “crença ocidental”, o autor apresenta três críticas ao tema: i) a pregação de um evolucionismo social, que delega aos países subdesenvolvidos a responsabilidade de alcançar os países desenvolvidos por meio de ações contínuas e cumulativas; ii) a visão individualista e economicista do desenvolvimento; iii) a tendência instrumental e normativista dos escritos sobre o desenvolvimento.

As visões de desenvolvimento ao levarem em consideração apenas aspectos de âmbito econômico são aparentemente míopes. Não é uma garantia para uma sociedade a experiência do desenvolvimento apenas a partir da lógica do dinheiro ou dos mercados (MILANI, 2004; PUTNAM, 2006). A exacerbação de uma causa em detrimento de outras nada contribui para complexidade do assunto.

Deste modo, são apontadas outras possibilidades para elucidar as problemáticas que circundam rotineiramente o tema desenvolvimento. Assim,

[...] seria o desenvolvimento a simples extensão planetária do sistema de mercado em detrimento de valores relacionados à solidariedade, da ética, da responsabilidade intergeracional, de culturas e histórias tão distintas em diferentes regiões do mundo? Apesar do discurso bem construído em manuais e relatórios, poder-se-ia dizer que o desenvolvimento é sinônimo de intervenção, de imposição ou de assistência humanitária? Seria possível tornar a retórica, a ciência e a prática internacionais em torno do desenvolvimento mais coerentes entre si? A dificuldade de responder rigorosamente a tais questões, trazidas ao debate internacional por intelectuais, movimentos sociais, acadêmicos, pela mídia e por ONG's nacionais e internacionais, leva muitos pensadores a proclamar o fim do desenvolvimento e a pensar no chamado pós-desenvolvimento (MILANI, 2004, p. 9).

Para o autor, seus questionamentos poderiam submeter as problemáticas do desenvolvimento a um olhar menos associado à colonização do mundo, bem como a

Internacionais, realizando pesquisas principalmente sobre temas como desenvolvimento local, participação e sociedade civil, movimentos sociais, cooperação internacional, governança, meio ambiente e política internacional, e transnacionalização.

uma uniformização planetária, fatores esses que não colaboram para uma possível observação de questões locais.

Paralelo aos aspectos conceituais, a inércia do Estado é denunciada frente às desigualdades apresentadas década após década. Ausência de transparência, imobilismo, ineficiência e corrupção são apenas alguns problemas percebidos na sociedade moderna e principalmente em países tidos como emergentes. Assim, percebe-se o surgimento de correntes que defendem o Estado como elemento aglutinador e responsável pelas mudanças que poderiam levar ao desenvolvimento (EVANS, 1993). Contudo, o mesmo não seria grande o suficiente a ponto de responder a todos os anseios, nem onipresente a ponto de sanar com eficiência as minúcias das questões locais.

Surgem as discussões acerca do desenvolvimento local não apenas sob a ótica da responsabilidade estatal, mas que possa englobar também uma cooperação multilateral, onde passam a surgir temas como, por exemplo, a descentralização, a governança local, a emergência da sociedade civil, a participação e o capital social (MILANI, 2004). Despontam, então, discussões mais acaloradas que possam dar conta da questão do desenvolvimento local, cuja conceituação não pretende estar ligada a análises etimológicas, mas que possa deixar clara a sua relevância no âmbito dos estudos sociais (OLIVEIRA, 2002; MILANI, 2004).

A concepção do desenvolvimento como solução para as questões locais emergentes é um risco evidente. Primeiro pela tendência ao enaltecimento do localismo como elemento fundamental sem que sejam levadas em consideração as esferas de poder nas quais o local está inscrito. Segundo pela visão autônoma da questão local descolada de estratégias de âmbitos nacional e internacional. Terceiro pela possibilidade de fragmentação de iniciativas (MILANI, 2004). É um risco encarar o desenvolvimento local como um remédio “capaz de curar as mazelas de uma sociedade pervertida, colocando-se no lugar bucólicas e harmônicas comunidades”, como sugere Oliveira (2002, p. 12).

Para Milani (2004), o local é construído social e territorialmente. Assim, ações verticais não são suficientes para tal discussão. Segundo o autor,

O local pode ser emancipatório, tornar-se fonte de novas utopias e apresentar potencial transformador. Para fazer-se o desenvolvimento, Amartya Sen lembra-nos que é fundamental ampliar a capacidade de realização das atividades livremente escolhidas e valorizadas por cada sujeito do desenvolvimento; portanto, o desenvolvimento não é consequência automática do crescimento econômico (Sen, 2000)⁴. [...] O desenvolvimento local pode tornar-se ferramenta de análise mais dinâmica quando posto em relação com as lógicas de desigualdade, ou seja, quando associado à hipótese de que as dinâmicas geradoras de desigualdade e exclusão não podem ser desconstruídas exclusivamente pelo alto. Por isso, pensar o desenvolvimento local implica extravasar o local limitado por espaços geográficos e pensar sua identificação a partir da desconstrução da falsa antinomia entre o micro e o macro (MILANI, 2004, p. 11-12).

Desconsiderando o mito econômico como paradigma único e fundamental ao processo de desenvolvimento, emergem outras questões como as relações sociais alimentadas pela solidariedade, cooperação e confiança. Segundo Hoffman (2005, p. 14),

Há algum tempo os estudiosos do desenvolvimento econômico têm se debruçado sobre novas questões que permeiam tal tema. Os tradicionais modelos de localização de investimentos padecem de revisão, principalmente por não inserirem entre os fatores decisivos a um determinado empreendimento os valores culturais contidos no território produtivo que ele ocupará. Tais valores formam um tipo de capital de uma região, que se soma aos capitais natural, físico-econômico e humano, ao qual damos o nome de capital social.

É nesse contexto que surge o interesse pelo debate acerca do capital social, principalmente pela possibilidade de contribuir, sob uma perspectiva histórica, social, política e institucional, para a elucidação de questões que envolvam o desenvolvimento local.

1.1.2. O desenvolvimento a partir de Cornelius Castoriadis

Embora este trabalho pretenda tratar da temática do desenvolvimento local, não poderia se furtar da responsabilidade de destacar as mazelas do desenvolvimento e do progresso criadas na sociedade moderna a partir de sua lógica. Em “Reflexões sobre o desenvolvimento e a racionalidade⁵”, Castoriadis (1987) apresenta uma visão crítica do desenvolvimento levando em consideração uma análise que vai de sua genealogia conceitual, no século XIX, até os anos 1970.

⁴ Como também pode ser constatado em Putnam (2006).

⁵ CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto II: os domínios do homem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

De acordo com o filósofo grego, no século XX, percebeu-se a crise do progresso em função de acontecimentos como a Primeira Guerra Mundial, o *crack* de 1929, a ascensão de regimes totalitários na Itália e Alemanha, além da Segunda Grande Guerra. No pós-guerra, os olhares estavam voltados para a reconstrução patrocinada por russos e norte-americanos.

Uma nova “saída”, a do crescimento econômico, é dada como a solução para os problemas humanos. Embora o poder soviético continuasse sendo ameaçador, acreditava-se que a maturidade industrial levaria esses países ao consumismo e à liberalização econômica de acordo com as políticas internacionais (fato que hoje pode ser percebido na China). No que diz respeito ao terceiro mundo, outro entrave para o processo de crescimento: era preciso desenvolvê-los ou fazê-los se desenvolverem.

Esses países, que antes eram denominados, com brutalidade sincera, “atrasados”, depois “subdesenvolvidos” e por fim, “países em via de desenvolvimento” – agradável eufemismo que de fato significava que esses países não se desenvolviam. Como foi diversas vezes formulado nos documentos oficiais, desenvolvê-los significava: torná-los capazes de entrar na fase do “crescimento auto-sustentado” (CASTORIADIS, 1987, p. 136).

Contudo, garantir o desenvolvimento passou a gerar críticas em função de o crescimento estar pautado puro e simplesmente no próprio crescimento. Assim, passa a ser questionado o preço a ser pago por ele.

Castoriadis (1987) aborda o tema desenvolvimento nos idos da década de 1970 buscando apresentar a sua problemática e possíveis questionamentos (nas palavras do autor: “desenvolvimento de quê em direção a quê?”). Guiados pelo racionalismo da modernidade, diversos países passam a buscar respostas para o processo desenvolvimentista, mas sem se preocuparem com as conseqüências de tal “progresso”. Em sua incessante busca, numa Era marcada pelo crescimento, inúmeras “fábricas” surgem, inclusive, na tentativa de corrigir as mazelas causadas

por um ciclo muitas vezes desenfreado, a exemplo das “indústrias de controle de poluição”⁶.

Entretanto, alguns fatores podem ser apontados como hipóteses de obstáculos ao desenvolvimento, a saber: i) a ausência de crescimento devia-se à própria ausência de crescimento; ii) falta de qualificação técnica; iii) necessidade de desenvolvimento de pessoas para o desenvolvimento de países.

Ao Terceiro Mundo “era preciso se modificar as estruturas sociais, as atitudes, a mentalidade, as significações, os valores e a organização psíquica dos seres humanos” (CASTORIADIS, 1987, p. 142). Assim, na visão do autor, o desenvolvimento não está ligado apenas a estruturas, mas também a pessoas.

Considerado como efetivação do virtual, o desenvolvimento pode ser visto como um processo análogo ao de maturação biológica. Embora seja percebida uma tentativa de busca do desenvolvimento infinito, para Castoriadis (1987), baseado em Aristóteles, o infinito só pode ser considerado no âmbito virtual, não existindo, portanto, um infinito efetivo. Por isso a necessidade de uma referência para o desenvolvimento, aquilo que se pretende atingir. “O Deus infinito está alhures; este mundo é finito” (CASTORIADIS, 1987, p. 144).

Recorrendo à trajetória histórica do mundo ocidental, Castoriadis explicita a coincidência da incessante e deveras racionalizada busca pelo desenvolvimento. O autor apresenta como marco o século XIV, especificamente entre o nascimento e a expansão da burguesia.

Não teria interesse nem sentido tentar explicar “causalmente” a ascensão do racionalismo ocidental através da expansão da burguesia, ou vice-versa. Temos de considerar estes dois processos: de um lado, a emergência da burguesia, sua expansão e sua vitória final são acompanhadas pela emergência, a difusão e a vitória final de uma nova ‘idéia’, a idéia de que o crescimento ilimitado da produção e das forças produtivas é, de fato, o objetivo central da vida humana. [...] O movimento se dirige para o cada vez mais; mais mercadorias, mais anos de vida, mais casas decimais nos valores numéricos das constantes universais, mais

⁶ Expressão trabalhada por Castoriadis, na década de 1970, prevendo o surgimento de empresas focadas na área ambiental, que na atualidade tornaram-se importantes elementos de suporte para as os empreendimentos industriais.

publicações científicas, mais pessoas com o um título de doutor – e o “mais” é o “bom” (CASTORIADIS, 1987, p. 144).

As conseqüências de tal modelo não fazem parte das análises daqueles que defendem a idéia de crescimento infinito. A elaboração de uma matriz desenvolvimentista replicável a todo e qualquer país passa a ser uma peça fundamental para o crescimento. Uma economia global e interdependente de mercados passa a demandar uma integração internacional: o crescimento só pode ser concretizado se alcançado por todos. Nesse contexto, não seria exagero retornar aos anos 1950, quando do apoio financeiro dado pelos Estados Unidos aos países europeus destruídos pela guerra.

Contudo, segundo Castoriadis (1987, p. 140),

Será que os países “desenvolvidos” aceitariam tornar a ser uma minoria impotente frente a países asiáticos, africanos e latino-americanos tão ricos quanto eles e mais populosos? [...] Como sempre, o reformismo pretende ser realista, mas, quando se chega às questões verdadeiramente importantes, ele se revela como uma das maneiras mais ingênuas de tomar os desejos pela realidade.

Percebe-se aí uma das contradições do desenvolvimento. O racionalismo econômico, bastante celebrado na modernidade, parece não dar conta da problemática apontada. Embora não tenha por objetivo reduzir séculos de pensamento a alguma linhas, Castoriadis (1987) reflete que a idéia de desenvolvimento está ligada à noção de infinito, ilimitado.

Assim, o autor sugere ideologias relacionadas a um homem naturalmente predestinado ao progresso e ao crescimento (*homo economicus*), sem deixar de levar em consideração a possibilidade de manipulação do mesmo até que seja atingido esse ponto (*homo madisoniensis pavlovi*). Outros fatores como a onipotência da técnica, a exacerbação do conhecimento científico, a racionalidade econômica também podem ser explicitados como postulados do desenvolvimento. Entretanto, a crise do desenvolvimento pode estar contida na crise desses postulados.

O caráter racionalista da economia é um paradigma compreensível em seus mais de dois séculos de existência. “A economia trata de ‘quantidades’ e, quanto a este ponto, todos os economistas sempre estiveram de acordo” (CASTORIADIS, 1987, p. 148). Contudo, quais as taxas de investimento devem ser aplicadas para a garantia do desenvolvimento? A aparente possibilidade da matematização do mundo parece ruir à medida que os números não são suficientes para explicar a “realidade”⁷.

Retornando ao postulado da técnica moderna, Castoriadis (1987) ironiza o caráter do progresso técnico como bom em si mesmo. Para o autor, “o que está errado é que ela é utilizada para o benefício e/ou o poder de uma minoria, em vez de sê-lo para o bem de todos” (CASTORIADIS, 1987, p. 152).

A forma com a qual a técnica (moderna) e economia (racional) são empregadas, vão de encontro ao conceito de infinito aplicável ao desenvolvimento, uma vez que, embora o tempo infinito tenha sido dado ao homem (ou criado por ele), aparentemente o único intervalo de tempo perceptível é o de alguns anos à frente. O conceito moderno de desenvolvimento pode ser o responsável pela quase inexistente visão de longo prazo do homem, uma vez que suas ações estão pautadas num presente que aos seus olhos está no campo do infinito ou na existência apenas de um futuro próximo sem a preocupação com as gerações posteriores a ele.

Na construção de sua análise, Castoriadis remonta o cenário de milhares de anos para explicar a capacidade do homem de modificar o ambiente para garantir a sua sobrevivência sem danificá-lo. Ao que parece, a destreza esvaiu-se com o tempo à medida que sua racionalidade o tornou cego e, nas palavras de Hegel, louco. “Sendo um animal louco, ele [o homem] naturalmente fez dessa invenção – a razão – o instrumento e a expressão mais metódica de sua loucura” (CASTORIADIS, 1987, p. 158).

⁷ Daí a necessidade de estudos que extrapolem a visão economicista e que se aproxime cada vez mais de questões ligadas à sociedade como a sua capacidade de gerar ativos não financeiros, como por exemplo, a cultura cívica (TOCQUEVILLE, 2004) e o capital social (PUTNAM, 2006).

O autor não busca, assim, incentivar a rejeição à razão. Considera insensato o pensamento de que se pode separar a razão de sua realização histórica, mas sinaliza para o caminho de que esse conhecimento [...]

[...] pode nos ajudar em muito se ele nos tornar capazes de denunciar e destruir a ideologia racionalista, a ilusão da onipotência, a supremacia do 'cálculo' econômico, o caráter absurdo e incoerente da organização 'racional' da sociedade, a nova religião da 'ciência', a idéia de desenvolvimento pelo desenvolvimento (CASTORIADIS, 1987, p. 158).

Para Castoriadis (1987), não se deve renunciar ao pensamento e à responsabilidade, uma vez que se pode caminhar a um ponto no qual o homem será confrontado com uma catástrofe natural ou social. Antes ou depois disso, é possível que novas formas de organização surjam trazendo novos sentidos à sociedade. Nesse contexto, o autor encaminha a discussão para uma reflexão que leva à destruição dos mitos, elementos que, em sua avaliação, mais que as armas e dinheiro são os principais obstáculos para a existência humana.

1.2. CULTURA CÍVICA: A CONTRIBUIÇÃO DE ALEXIS DE TOCQUEVILLE

Uma das possibilidades para a compreensão do desenvolvimento local como objeto de análise é a partir das relações que contribuem para a sua existência. Nesse contexto, as reflexões de Alexis Tocqueville⁸ podem ser consideradas relevantes para os estudos referentes ao tema.

Tocqueville, mergulhado nos Estados Unidos do início do século XIX, teve por objetivo o estudo do sistema jurídico norte-americano. No entanto, a partir de suas observações, passou a contrastar os fundamentos das sociedades norte-americana e européia, descobrindo, na cultura cívica daquele país, elementos que tenham favorecido aquilo que ele chama de democracia pura. De acordo com Fernandes (2001, p.3),

[...] para Tocqueville um dos principais aspectos que asseguravam o bom funcionamento da democracia na América era o caráter associacionista dos

⁸ Alexis de Tocqueville pertenceu a uma importante família aristocrática francesa. Estudou direito em Paris e em 1827 ingressou na magistratura. Em 1831 foi enviado pelo governo francês para estudar o sistema prisional dos Estados Unidos. Suas análises deram origem à obra "A democracia na América", publicada em 1832 e referência para estudos sobre teoria política moderna. Tornou-se deputado em 1839, permanecendo na câmara até o golpe de Estado de 1951. Morreu em 1859, vítima de tuberculose.

cidadãos americanos. Embora achasse que fossem necessárias outras medidas para assegurar a democracia, tais como - descentralização administrativa e autonomia do poder local; criação de leis que assegurem a igualdade de direito; liberdade de imprensa; eleições indiretas; justiça independente; separação da igreja e do Estado; - o suporte maior da liberdade com igualdade para Tocqueville estava colocado na ação cívica dos cidadãos e sua participação nos negócios públicos. E é através da criação e desenvolvimento de organizações e associações livres que estimulavam a cidadania que se podia assegurar a manutenção do espaço da palavra e da ação comunitária.

Whitehead⁹ (1999) confere a Tocqueville o título de primeiro teórico de importância a apresentar a sociedade civil como contrapartida para uma democracia estável e vigorosa. Segundo o autor, para Tocqueville “o que era fundamental nas instituições políticas norte-americanas era a profusão de suas associações políticas democráticas” (WHITEHEAD, 1999, p. 18), fator preponderante para a formação de seu estado democrático. Ao contrário das observações de Hobbes e Hegel¹⁰, Tocqueville considera que a sociedade civil e a democracia são essencialmente relacionadas entre si (WHITEHEAD, 1999).

Segundo Tocqueville (2004), a origem da democracia norte-americana está pautada em duas circunstâncias principais: na religião¹¹ e no fato de sua sociedade ter nascido a partir de valores igualitários entre seus cidadãos, não tendo havido a necessidade de uma revolução democrática¹². Como sugere o autor, na América a igualdade é mais importante que a liberdade.

A primeira e mais viva das paixões que a igualdade das condições faz nascer, não preciso dizer, é o amor por essa igualdade mesma. [...] Amor muito mais ardente e muito mais tenaz pela igualdade do que pela liberdade. [...] Como nenhum homem difere então de seus semelhantes, ninguém poderá exercer um poder tirânico; os homens serão perfeitamente livres, porque serão todos inteiramente iguais; e serão todos perfeitamente iguais porque serão inteiramente livres (TOCQUEVILLE, 2004, p. 113).

⁹ Whitehead destaca a fraqueza no associativismo civil em algumas partes dos Estados Unidos, como o Bronx, fator não levado em conta por Tocqueville.

¹⁰ Para Hobbes a sociedade civil deve fazer frente aos riscos do estado de natureza. Para Hegel a sociedade civil reflete o crescimento do comércio como esfera supostamente independente da política (WHITEHEAD, 1999).

¹¹ Para Tocqueville (2004), foi a religião que deu origem às sociedades anglo-americanas. Por meio dela os limites foram estabelecidos entre os americanos. Assim, podemos considerar a religião como uma importante instituição imaginária social (CASTORIADIS, 1987), sendo uma das responsáveis pela gênese da democracia nos Estados Unidos da América.

¹² Diferente do que aconteceu na França, quando da Revolução Francesa.

Segundo Tocqueville (2004), os americanos possuem um Estado democrático natural, surgido a partir de leis e costumes políticos próprios daquela nação. Para o autor,

O mesmo estado social [...] fez nascer, entre eles, uma profusão de sentimentos e opiniões que eram desconhecidos nas velhas sociedades aristocráticas da Europa. Ele destruiu ou modificou relações que existiam outrora e estabeleceu novas. O aspecto da sociedade civil viu-se tão mudado quanto a fisionomia do mundo político (TOCQUEVILLE, 2004, p. XII).

Em suas análises acerca da sociedade norte-americana Tocqueville (2004) sugere que provaria com muita facilidade que a origem de seus cidadãos, a religião dos fundadores, seus hábitos, entre outros, exerceram e exercem grande influência nos Estados Unidos da América, fatores que contribuíram para a instauração de uma cultura cívica e na consolidação de um Estado democrático.

Para Putnam (2006), autor contemporâneo que se baseou na obra de Alexis de Tocqueville, o conceito de comunidade cívica é essencial para a compreensão do capital social. Mas o que vem a ser em termos práticos tal “comunidade cívica”? – indaga o autor. Quais os elementos que podem ser utilizados como parâmetros para a análise da existência da cultura cívica? Segundo Putnam (2006), os elementos fundamentais para a elucidação de tais problemáticas estão inseridos na participação cívica; na igualdade política, na solidariedade, confiança e tolerância e nas associações.

1.2.1. Participação cívica

Numa comunidade onde é detectada a cultura cívica, a cidadania se caracteriza em primeiro lugar pela participação nos negócios públicos. Segundo Walzer (1974, apud PUTNAM, 2006, p. 101), “o interesse pelas questões públicas são os principais sinais de virtude cívica”. A virtude cívica está ligada à busca pelo bem público em detrimento de interesses individuais e particulares. Vale ressaltar que o interesse pelo público não pode ser caracterizado de forma simplista como altruísmo, mas naquilo que Tocqueville (2004) chama de “interesse bem compreendido”. Ou seja, o interesse próprio é sensível ao interesse dos outros.

Nos Estados Unidos, quase não se diz que a virtude é bela. Sustenta-se que é útil, e prova-se isso todos os dias. [...] Perceberam que, em seu país e em seu tempo, o homem era voltado para si mesmo por uma força irresistível e, perdendo a esperança de detê-lo, passaram a pensar apenas em conduzi-lo. Não negam, pois que cada homem possa seguir seu interesse, mas desdobram-se para provar que o interesse de cada um é honesto. [...] A doutrina do interesse bem compreendido não é nova, portanto; mas, entre os americanos de nossos dias, ela foi universalmente admitida, tornou-se popular: encontramos-na no fundo de todas as ações; ela transparece em todos os discursos; encontramos-na tanto na boca do pobre como na boca do rico (TOCQUEVILLE, 2004, p. 148).

Assim, os cidadãos de uma comunidade cívica não são santos¹³, “mas consideram o domínio público algo mais do que um campo de batalha para a afirmação do interesse pessoal” (PUTNAM, 2006, p. 102).

1.2.2. Igualdade política

Como citado anteriormente, Tocqueville (2004) enfatiza que, para os americanos, a igualdade é mais importante que a liberdade. Segundo o autor, a igualdade é elemento fundamental para a geração de mais igualdade. Um estoque que quanto mais é utilizado, maior fica.

Nesse contexto, a cidadania implica em relações horizontais onde a participação política se concretiza pela igualdade. “Numa comunidade cívica, a cidadania implica direitos e deveres iguais para todos” (PUTNAM, 2006, p. 102). As relações horizontais de reciprocidade e cooperação se sobrepõem às relações verticais e de dependência. Diante disto, todos são considerados e agem como iguais, fator preponderante para o combate à tirania e à corrupção (TOCQUEVILLE, 2004; PUTNAM, 2006).

1.2.3. Solidariedade, confiança e tolerância

Além de atuantes, portadores de um espírito público e iguais, “os cidadãos virtuosos são prestativos, respeitosos e tolerantes uns com os outros, mesmo quando divergem em relação a assuntos importantes” (PUTNAM, 2006). Inerentes ao processo democrático, os conflitos surgem, mas a tolerância está presente, mesmo nas mais acaloradas discussões. Soma-se a isso a importância da cooperação e da confiança como elementos aglutinadores na comunidade cívica.

¹³ Para Putnam o altruísmo universal é, no mínimo, uma premissa quixotesca.

Mesmo as relações que aparentemente apresentam um caráter individual assumem um novo papel fazendo avançar a confiança mútua. A ausência de um compromisso mútuo confiável pode levar ao oportunismo. “Para haver cooperação é preciso não só confiar nos outros, mas também acreditar que se goza da confiança dos outros” (PUTNAM, 2006, p. 174).

1.2.4. Associações: estruturas sociais da cooperação

Tocqueville (2004) observou que nos Estados Unidos o associativismo foi elemento fundamental para abrandar a debilidade individual, evitando assim o surgimento da tirania e corroborando as relações de igualdade.

Os americanos de todas as idades, de todas as condições, de todos os espíritos, se unem sem cessar. Não apenas têm associações comerciais e industriais de que todos participam, mas possuem além dessas, mil outras: religiosas, morais, graves, fúteis, muito gerais e muito particulares, imensas e minúsculas; os americanos se associam para dar festas, fundar seminários, construir albergues, erguer igrejas, difundir livros, enviar missionários aos antípodas; criam dessa maneira hospitais, prisões, escolas. [...] O país mais democrático da terra é aquele, dentre todos, em que os homens mais aperfeiçoaram em nossos dias a arte de perseguir em comum o objeto de seus desejos comuns e aplicaram ao maior número de objetos essa nova ciência (TOCQUEVILLE, 2004, p. 131-132).

Para Putnam (2006) a estabilidade do governo democrático depende das associações civis. São as associações as principais responsáveis pela disseminação de valores como a cooperação e solidariedade. A capacidade de indivíduos se associarem está diretamente ligada à concretização do interesse comum. Contudo, Putnam (2006), a partir dos estudos de Esman e Uphoff¹⁴, constata que as associações “implantadas” tendem ao fracasso¹⁵. Assim, “as organizações locais mais bem-sucedidas representam iniciativas autóctones participativas em comunidades locais relativamente coesas” (PUTNAM, 2006, p.104).

¹⁴ ESMAN, M. J.; UPHOFF, N. T. **Local organizations: intermediaries in rural development**. Ithaca: Cornell University Press, 1984.

¹⁵ Congruente com a constatação de Cardoso (2004, p. 48): “Atualmente sabe-se que a sustentabilidade das mudanças depende de desenho de programas que incluam a participação dos beneficiados e promovam o desenvolvimento do capital social que existe em todas as comunidades”.

1.3. FUNDAMENTOS DO CAPITAL SOCIAL

1.3.1. Os estudos de Robert Putnam

A partir dos anos 1970 um novo modelo de gestão foi implantado na Itália onde foi rompida a secular organização centralizada. Putnam percorreu o país de norte a sul durante mais de vinte anos tendo por finalidade o estudo das regiões administrativas recém-criadas. De acordo com o autor, uma viagem qualquer ligando Seveso e Pietrapertosa (Figura 1), pode aos olhos de um observador atento denunciar os contrastes históricos entre o ponto de partida e de chegada (PUTNAM, 2006).

Ao longo de duas décadas Putnam teve por objetivo a compreensão dos fenômenos ocorridos na Itália a partir do processo de estruturação dos governos regionais buscando contribuir para a compreensão do desempenho das instituições das sociedades democráticas. De acordo com Fernandes (2001) os estudos de Robert Putnam foram, nas palavras do autor, os mais fecundos no contexto atual da ciência política.

Figura 1: Regiões administrativas italianas



Fonte: PUTNAM, 2006, p. 18.

Segundo Putnam (2006, p. 23), “a ciência política tem se ocupado das instituições desde a antiguidade, mas recentemente os teóricos passaram a abordar as questões institucionais com vigor e criatividade renovados em nome do ‘novo institucionalismo’”.

De forma resumida, Fernandes (2001) aponta a corrente neo-institucionalista adotada por March e Olsen (1989, apud PUTNAM, 2006), autores que “desenvolvem um pensamento que procura entender as instituições como fruto de processos culturais, respondendo à necessidade de reassegurar normas, valores e crenças adquiridos ao longo do tempo” (FERNANDES, 2001, p. 6). Destaque também pode ser dado a Evans (1993) na análise do capital social sob uma perspectiva institucional. Sob essa perspectiva, March e Olsen afirmam o seguinte:

A organização da vida política é importante, e as instituições influenciam o fluxo da história. [...] As instituições influenciam a maneira pela qual os indivíduos e grupos se tornam atuantes dentro e fora das instituições estabelecidas, o grau de confiança entre os cidadãos e líderes, as aspirações comuns da comunidade política, o idioma, os critérios e os preceitos partilhados pela comunidade, e o significado de conceitos como democracia, justiça, liberdade e igualdade (MARCH; OLSEN, 1989, apud PUTNAM, 2006, p. 33).

Embora haja divergências¹⁶ na corrente neo-institucionalista, tanto de ordem teórica quanto metodológica, estão de acordo dois fatores: as instituições moldam a política e as instituições são moldadas pela história¹⁷.

1.3.2. Do desempenho institucional

Conforme Putnam (2006) apresenta, na Florença do século XVI, Maquiavel e outros contemporâneos concluíram que o êxito ou fracasso das instituições dependia do caráter dos cidadãos, isto é, de sua virtude cívica, reflexão posteriormente negada por Hobbes, Locke e seus sucessores liberais. A partir de seus estudos empíricos acerca da descentralização administrativa italiana, Putnam revela que “há uma forte correlação entre modernidade econômica e desempenho institucional e que o

¹⁶ Este trabalho não tem como objetivo estabelecer uma relação dicotômica entre o culturalismo e o neo-institucionalismo em questões ligadas ao capital social.

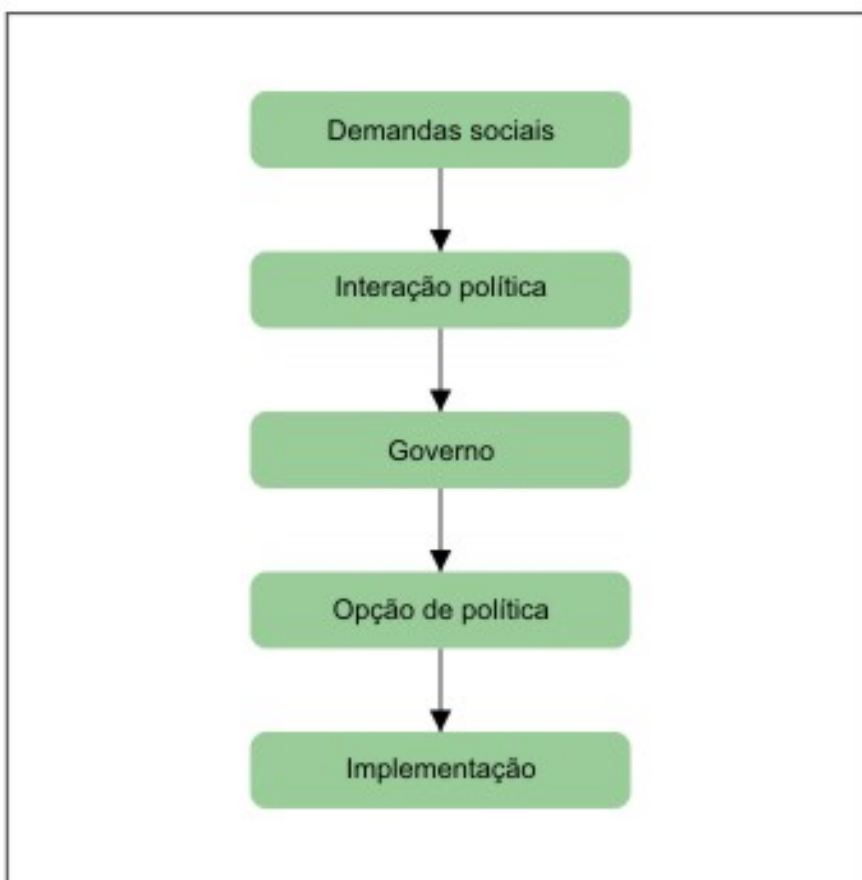
¹⁷ Aspecto consoante com as idéias de March & Olsen, citados por Fernandes (2001).

desempenho institucional está correlacionado com a natureza da vida cívica” (FERNANDES, 2001, p. 2).

Para Putnam (2006), raras são as avaliações rigorosas sobre o desempenho institucional, o que o insere seus estudos numa perspectiva. Visando especificamente estudar o governo representativo como instituição, o autor deixa claro que “um bom governo democrático não só considera as demandas de seus cidadãos (ou seja, é sensível), mas também age com eficácia em relação a tais demandas (ou seja, é eficaz)” (PUTNAM, 2006, p. 77).

De acordo com o autor, o conceito de desempenho institucional baseia-se no seguinte modelo:

Figura 2: Modelo de governança para avaliação do desempenho institucional



Fonte: PUTNAM, 2006.

A partir de estudos quantitativos, para dar corpo a sua pesquisa, Putnam (2006) utilizou uma metodologia comparativa envolvendo análises fatoriais e regressões múltiplas, percorrendo as vinte regiões entre o norte e o sul da Itália, de 1976 a 1989, contabilizando centenas de entrevistas com conselheiros regionais, líderes regionais e sondagens eleitorais junto à população. Para que fosse criado um índice de desempenho institucional, foram estabelecidas doze variáveis: estabilidade do gabinete, prestação orçamentária, serviços estatísticos e de informação, legislação reformadora, inovação legislativa, creches, clínicas familiares, instrumentos de política industrial, capacidade de efetuar gastos na agricultura, gastos com a unidade sanitária local, habitação e desenvolvimento urbano, sensibilidade da democracia (Quadro 1).

Um dado curioso na avaliação destes indicadores é a tentativa de Putnam em avaliar o que chama de 'produtos' e não os resultados destes indicadores. Sua intenção foi trazer o foco mais para o *modus operandi* das políticas do que para os resultados destas, encontrar no caminho e desenvolvimento de determinada política sua eficácia, ao invés de comumente associar eficácia aos resultados trazidos por esta política. Importou, portanto, verificar não a taxa de mortalidade, mas a concepção e o funcionamento do sistema de saúde, não o nível de poluição atmosférica, mas a concepção e o funcionamento da política ambiental (FERNANDES, 2001, p. 8).

De um modo geral os indicadores propostos por Putnam (2006) ajudaram a tornar claras as diferenças entre as diversas regiões estudadas, conquanto não houvesse crença de que, necessariamente, tais indicadores evidenciarão total coerência no estudo dadas às imprecisões na mensuração, às diferenças nas prioridades regionais e às múltiplas influências exercidas em cada uma das atividades institucionais. Para satisfação do pesquisador, ao longo do estudo, foi constatada notável coerência entre os doze indicadores.

As regiões que têm gabinetes estáveis, que aprovam seu orçamento dentro do prazo, que utilizam seus recursos conforme o planejado e que introduzem novas leis costumam ser as mesmas que oferecem creches e clínicas familiares, têm um planejamento urbano detalhado, concedem empréstimos aos agricultores e respondem prontamente às cartas que lhes enviam os cidadãos (PUTNAM, 2006, p. 87).

No entanto, o autor chama a atenção para a análise isolada dos indicadores propostos, ação que pode não refletir as diferenças entre as regiões estudadas. Além disso, deve-se ter em mente que esses mesmos indicadores não são perfeitos

sugerindo que as análises sejam feitas em mais de uma dimensão para que possam ser evitados vieses que prejudiquem o olhar do pesquisador.

Quadro 1: Indicadores de desempenho institucional

(continua)

Indicador	O que foi mensurado
Estabilidade do gabinete	Medida da variação de gabinetes constituídos nas legislaturas de 1975-80 e 1980-85. Algumas regiões tiveram gabinetes bastante estáveis e com isso puderam seguir uma linha política coerente. Já outras tiveram dificuldade não só para formar uma coligação, mas também para mantê-la.
Presteza orçamentária	Tempo médio para a aprovação do orçamento pelo conselho regional. Putnam constatou que praticamente nenhuma região cumpriu esta meta no prazo estipulado. Percebendo-se um atraso maior nas regiões ao sul.
Serviços estatísticos e de informação	As regiões foram classificadas de acordo com o nível de seus serviços estatísticos e de informação. Assim, de acordo com o autor, os governos mais bem informados sobre os eleitores e seus problemas podem servi-los de modo mais eficaz.
Legislação reformadora	Exame de toda a produção legislativa no período 1978-84 em três áreas de atuação: desenvolvimento econômico, planejamento territorial e ambiental e serviços sociais. Foram utilizados três critérios gerais de avaliação: a abrangência da legislação, a coerência da legislação, a criatividade da legislação.
Inovação legislativa	Foram avaliados doze diferentes tópicos nos quais surgiram legislações semelhantes em várias regiões: poluição do ar e da água, fomento da pesca, proteção ao consumidor, assistência médica preventiva, regulamentação da mineração de superfície, classificação de hotéis, proteção à fauna, entre outros. O indicador foi empregado para que fosse analisado, em média, quanto tempo cada região levou para implantar as leis nas doze áreas.

Quadro 1: Indicadores de desempenho institucional

(conclusão)

Indicador	O que foi mensurado
Creches	Número de creches mantidas pela região que estavam em funcionamento até 1983.
Clínicas familiares	Número de clínicas familiares que estavam em funcionamento até 1978, em relação com a população regional.
Instrumentos de política industrial	Assim que os recursos se tornaram disponíveis, algumas regiões simplesmente optaram pelo clientelismo, concedendo subsídios a determinadas empresas. Outras, mais adiantadas, prestaram apoio aos setores público e privado. O grau de sofisticação alcançado pelas regiões na área da política industrial foi aferido a partir de seis instrumentos: plano regional de desenvolvimento econômico, plano regional de utilização da terra, parques industriais, agências de financiamento do desenvolvimento regional, consórcios de desenvolvimento e comercialização industriais, programa de capacitação no emprego.
Capacidade de efetuar gastos na agricultura	Foi aferida por meio da análise da parcela de recursos destinados e utilizados na agricultura entre 1978-80.
Gastos com unidade sanitária local	Aferição do gasto per capita com as unidades sanitárias locais em 1983, cinco anos após a promulgação do estatuto nacional.
Habitação e desenvolvimento urbano	Foram coletados dados nos anos de 1979, 1981, 1985 e 1987 referente à capacidade das regiões de utilizar recursos voltados para as áreas de habitação e desenvolvimento urbano.
Sensibilidade da burocracia	Único indicador onde foi avaliado o ponto de vista do cidadão. Chegou-se à conclusão que nas regiões mais eficientes, o tempo de resposta às demandas dos cidadãos era menor.

Fonte: PUTNAM, 2006, p. 79-87.

1.3.3. Conceitos de capital social

Tema recorrente nos círculos acadêmicos, o capital social vem sendo empregado como elemento de análise que possa contribuir para a elucidação do desenvolvimento em inúmeros espaços e localidades.

De acordo com Hoffmann (2005), o Banco Mundial subdivide o capital em quatro formas básicas. A saber:

Quadro 2: Subdivisão do capital de acordo com o Banco Mundial

Capital natural	Composto pelos recursos naturais disponíveis em um determinado território.
Capital físico-econômico	Composto por insumos, infra-estrutura, bens de capital e condições de financiamento.
Capital humano	Definido pelo grau de acesso à educação, saúde e nutrição de um povo.
Capital social	Definido pela capacidade de uma sociedade construir inter-relações de confiança e redes de cooperação entre seus membros, com o objetivo de construir bens coletivos.

Fonte: HOFFMANN (2005).

Segundo Frey (2003), a concepção de capital social ganhou bastante destaque a partir das análises de Robert Putnam acerca do desenvolvimento em regiões da Itália, estudo que deu origem à obra *“Making democracy work”*¹⁸, publicado em 1993. “Putnam identificou uma grande densidade de associações e a existência de relações sociais de reciprocidade como as principais premissas de uma democracia vital e de um engajamento cívico efetivo” (FREY, 2003, p.2).

¹⁸ “Comunidade e democracia”, no título em português.

Para Milani (2004), a tentativa de definir a autoria do termo capital social não traz nenhum tipo de contribuição aos estudos acadêmicos¹⁹. Na opinião do autor, as análises realizadas nos Estados Unidos são fundamentais para o desenvolvimento de uma teoria do capital social.

Desde os conhecidos estudos de Alexis de Tocqueville no século XIX [...] a maioria das análises sobre a própria sociedade norte-americana salientam o impacto do compromisso cívico das entidades da sociedade civil (associações, clubes, sindicatos) na construção da democracia liberal. Da combinação entre compromisso cívico, comunidade e liberdades individuais resultaria o capital social, base da democracia liberal norte-americana (MILANI, 2004, p.13).

Embora não seja um conceito recente, o capital social busca apresentar, segundo Fernandes (2001), antigas noções de civismo comunitário, assunto tratado amplamente por Tocqueville em “A democracia na América” (2004).

Como observa Milani (2004), na Europa o desenvolvimento político e a história das relações entre Estado e sociedade resultaram em um menor grau de estudos acerca do capital social. Um de seus expoentes, Pierre Bourdieu, dispôs, além do capital social o capital econômico, simbólico, histórico e cultural. Segundo Bourdieu,

[...] o capital social é propriedade do indivíduo e de um grupo; é concomitantemente estoque e base de um processo de acumulação que permite a pessoas inicialmente bem dotadas e situadas de terem mais êxito na competição social. A idéia de capital social remete aos recursos resultantes da participação em redes de relações mais ou menos institucionalizadas. Entretanto, o capital social é considerado uma quase-propriedade do indivíduo, visto que propicia, acima de tudo, benefícios de ordem privada e individual (BOURDIEU, 1980, apud MILANI, 2004, p.14).

No entanto, mesmo sendo uma vasta fonte de auxílio para a discussão do desenvolvimento local, é importante ressaltar que, o conceito de capital social quando superdimensionado ou tratado de forma messiânica pode causar um efeito que o leve à desqualificação, evidenciando uma compreensão equivocada (D'ARAÚJO, 2003).

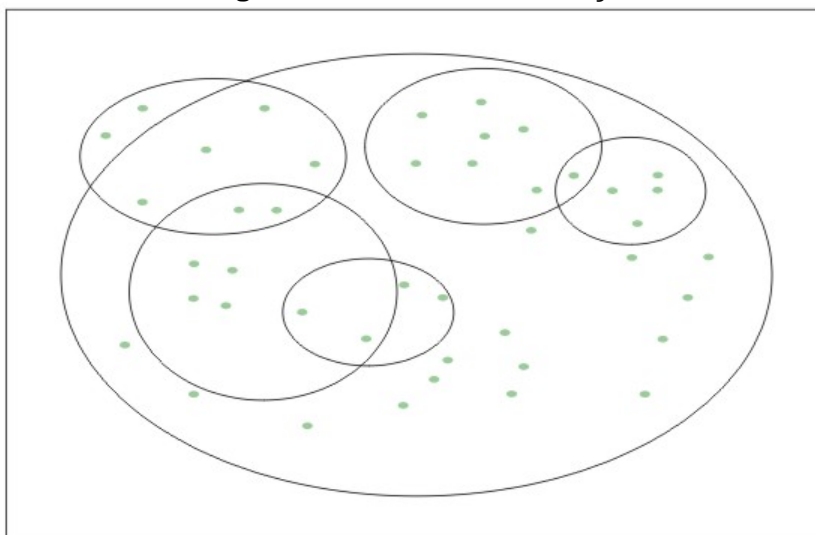
¹⁹ Milani (2004) esclarece que Lyda Hanifan já utiliza o termo capital social em 1916, no artigo “*The rural school community center*”, publicado nos anais da “*American Academy of Political and Social Science*”. Segundo o autor, Putnam considera que a urbanista Jane Jacobs é a primeira a utilizar o termo capital social com o significado atual, em 1961.

Resumidamente, o capital social pode ser explicado como as relações de cooperação, solidariedade e confiança contidas em um dado espaço ou comunidade (FUKUYAMA, 1999; D'ARAÚJO, 2003; PUTNAM, 2006). De acordo com Putnam (2006), o capital social está associado a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade. De acordo com Coleman,

Assim como as outras formas de capital, o capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse [...]. Por exemplo, um grupo cujos membros demonstrem confiabilidade e que depositem ampla confiança uns nos outros é capaz de realizar muito mais do que outro grupo que careça de confiabilidade e confiança [...]. Numa comunidade rural [...] onde um agricultor ajuda o outro a enfadar o seu feno e onde os implementos agrícolas são reciprocamente emprestados, o capital social permite a cada agricultor realizar o seu trabalho com menos capital físico sob a forma de utensílios e equipamento (COLEMAN, 1990, apud PUTNAM, 2006, p. 177).

Fukuyama (1999) acrescenta à discussão o conceito de redes de confiança. De acordo com o autor, todos os grupos que compartilham a existência de capital social estão inscritos em uma espécie de raio de confiança, ou seja, num espaço em que as normas cooperativas operam. Em sua opinião, uma sociedade moderna que goza de capital social, pode ser pensada como uma série de raios de confiança concêntricos e sobrepostos, como apresentado na Figura 3.

Figura 3: Redes de confiança



Fonte: FUKUYAMA, 1999²⁰.

²⁰ Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/seminar/1999/reforms/fukuyama.htm>>. Acesso em 01 de outubro de 2007.

Ainda que muitas definições possam surgir acerca do capital social, pretende-se, neste trabalho, adotar o conceito de Robert Putnam, autor que enaltece as redes de confiança e cooperação como elementos geradores desse tipo de capital. Na citação abaixo, Putnam (2006) evidencia no exemplo das associações de crédito rotativo um breve relato da utilização de capital social.

O capital social facilita a cooperação instantânea. Um bom exemplo desse princípio é a instituição de poupança informal, largamente difundida nos quatro continentes, chamada associação de crédito rotativo. Tal associação consiste num grupo que aceita contribuir regularmente para um fundo que é destinado, integral ou parcialmente, a cada contribuinte alternadamente. [...] Numa associação de crédito rotativo com vinte membros, por exemplo, cada um contribui com um montante mensal equivalente a um dólar, e todo mês um membro diferente recebe esses vinte dólares para gastar como bem entender. [...] As associações de crédito rotativo variam bastante em tamanho, composição social, organização e critérios para determinar as contribuições. Todas elas combinam sociabilidade com formação de capital em pequena escala (PUTNAM, 2006, p. 177).

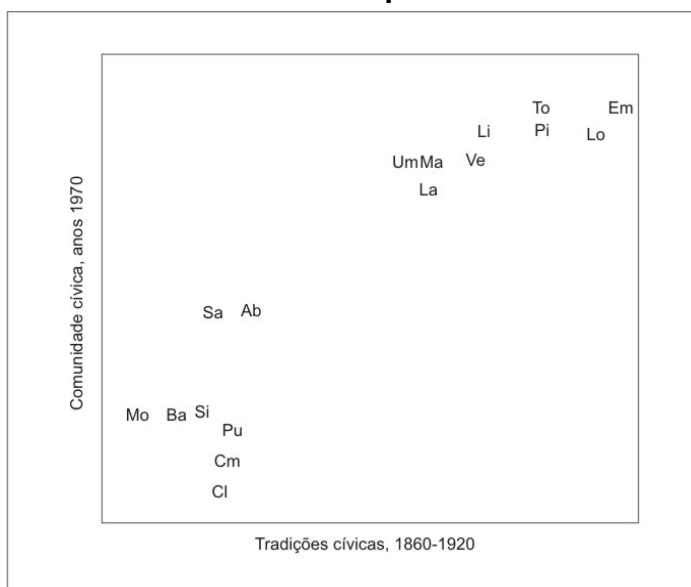
Nesse sentido, a confiança é elemento fundamental para a geração de cooperação. As ações mútuas entre os cidadãos de uma determinada região podem ser benéficas, tanto do ponto de vista individual quanto coletivo. Assim, quanto maior o nível de confiança, maior a probabilidade de haver cooperação. Um ponto relevante quanto à aplicação do capital social como elemento de desenvolvimento local é que seu estoque aumenta proporcionalmente ao uso (HOFFMANN, 2005).

Na Itália, a partir das noções de cultura cívica, cujas contribuições de Tocqueville (2004) são indispensáveis, Putnam (2006) observou que nas regiões menos cívicas daquele país, a vida coletiva foi comprometida (Figuras 4 e 5). “Talvez as tradições de participação cívica [...] ajudem a explicar as atuais diferenças no nível do desenvolvimento. [...] Talvez o civismo ajude a explicar a economia, e não o inverso” (PUTNAM, 2006, p. 164). Assim, para o autor o capital econômico não é suficiente para explicar o sucesso ou fracasso de uma região.

Buscando exemplificar a ênfase dada ao civismo como elemento de desenvolvimento, Putnam (2006) propõe duas situações: a primeira onde seria analisado o desenvolvimento econômico de uma região qualquer nos anos 1970, tendo por base a participação cívica em 1900; a segunda, prevendo o grau de

participação cívica nos anos 1970, a partir da análise do desenvolvimento econômico em 1900. Em seus estudos comparativos entre o norte e o sul da Itália, o autor conclui que, embora o sul tenha sido muito rico nas décadas passadas, a ausência de cultura cívica foi a peça fundamental para o seu baixo desempenho na atualidade. De modo contrário, o alto grau de cultura cívica no norte, foi condição primária para seus grandes resultados institucionais. Desta forma, Putnam (2006) visa a comprovar sua tese de que a cultura cívica é uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento econômico e, concomitantemente, para o desempenho institucional.

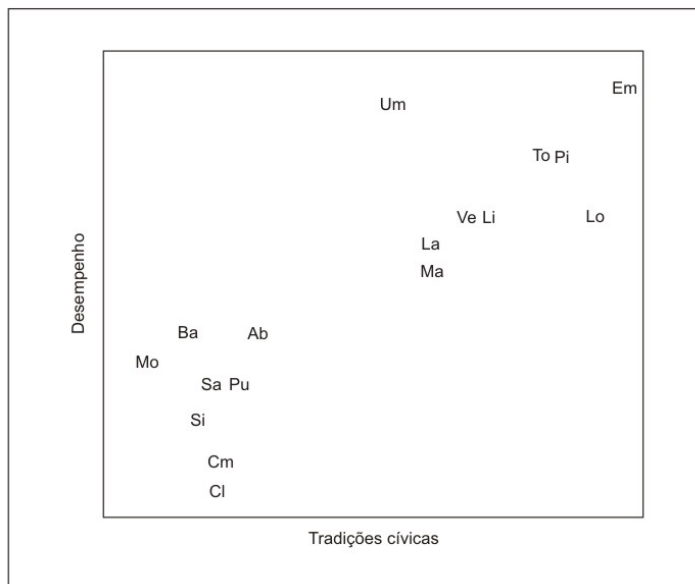
Figura 4: Tradições cívicas e comunidade cívica contemporânea²¹



Fonte: PUTNAM, 2006, p. 161.

²¹ As regiões do norte como Emilia-Romagna (Em) e Toscana (To) são aquelas que apresentam maior tradição cívica e melhor desempenho institucional, ao contrário de regiões do sul como Calábria (Cl) e Campânia (Cm).

Figura 5: Tradições de participação cívica, 1860-1920 e desempenho institucional, 1978

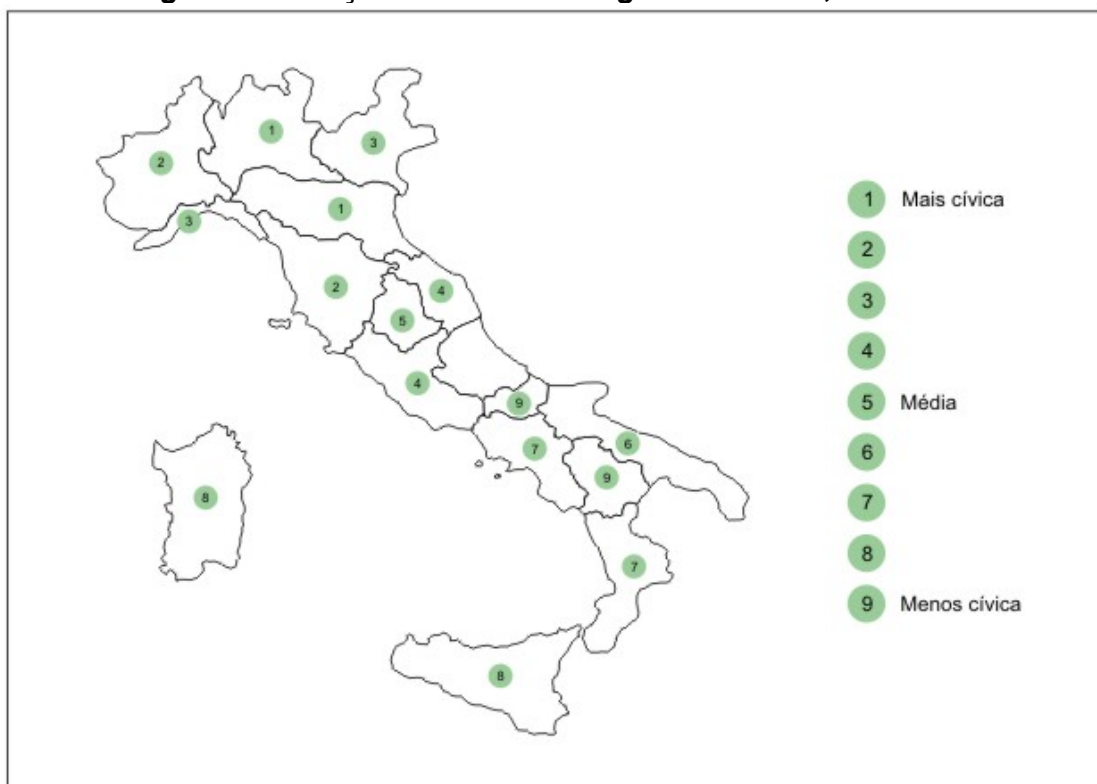


Fonte: PUTNAM, 2006, p. 161.

Com base nos indicadores apresentados por Putnam (Quadro 1), percebeu-se a grande vantagem das regiões do norte sobre as do sul, cuja primazia é explicada pelo autor principalmente a partir da cultura cívica, amplamente percebida em regiões como Emilia-Romagna e Toscana e de forma pífia em Calábria e Campânia (Figura 6). “Onde um século atrás os italianos estavam mais fortemente engajados em novas formas de solidariedade social e mobilização cívica, [...] hoje demonstram maior civismo em sua vida política e social”²² (PUTNAM, 2006, p. 160).

²² Como pode ser constatado nas Figuras 4 e 5.

Figura 6: Tradições cívicas nas regiões italianas, 1860-1920



Fonte: PUTNAM, 2006, p. 160.

Como apresenta Milani (2004), Putnam partiu de estudos comparativos para a elaboração de suas análises. De acordo com o autor, as pesquisas econômicas podem ainda se subdividir em quantitativas, avaliativas e qualitativas. Tendo em vista os conceitos apresentados por Putnam (2006), pretendeu-se estudar o município de Jaguaré, interior do Estado do Espírito Santo, porém numa perspectiva qualitativa, visando a compreender a trajetória histórica desse município, a existência de capital social e de cultura cívica e como o desenvolvimento nesta localidade está ligado a esses conceitos.

2. DE BARRA SECA A JAGUARÉ: UMA TRAJETÓRIA HISTÓRICA

2.1. ASPECTOS HISTÓRICOS DO MUNICÍPIO

Localizado a aproximadamente 200 km da capital capixaba, o município de Jaguaré está situado na Microrregião Litoral Norte do Estado do Espírito Santo (Figura 7). Sua origem data de 1946, quando da chegada de um grupo de quatorze colonos italianos, provenientes do distrito de Jaciguá (Cachoeiro de Itapemirim), lideradas por Pedro Altoé (AURICH, 1996; FALCHETTO, 2003; DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO LOCAL, 2002; INSTITUTO JONES SANTOS NEVES, 2007²³).

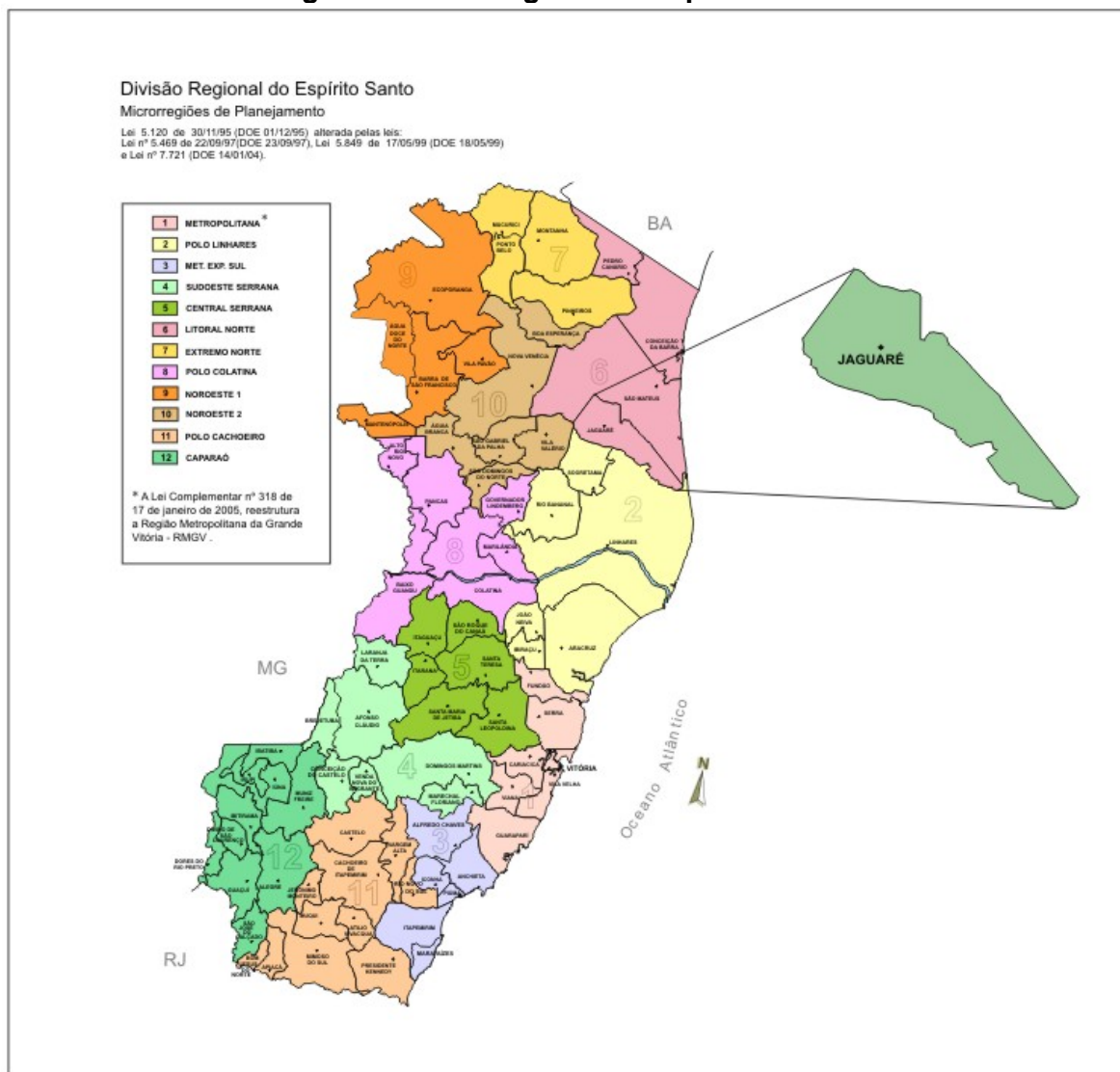
Nesse período, Jaguaré ainda era denominado de Ponte do Rio Barra Seca, localidade do município de São Mateus. Embora a chegada dos italianos seja dotada de grande relevância, a região foi habitada por índios denominados genericamente de botocudos e posteriormente por caboclos, provavelmente oriundos do nordeste brasileiro e de Minas Gerais. Segundo Aurich (1996) esse grupo que povoava a referida região era, na verdade, formada por mestiços. “Foram denominados ‘caboclos’ pelos primeiros moradores italianos vindos do Sul do Estado” (AURICH, 1996, p.20).

A migração dos agricultores italianos do sul do Estado foi patrocinada pelo governo estadual, com o objetivo de povoar o norte capixaba. A facilidade na aquisição de terras por meio da doação deu grande impulso à colonização e a caravana que ali chegava foi acompanhada por um orientador, Bertolo Malacarne, autorizado pelo governador Carlos Lindemberg. Sua principal função era criar as condições para que a distribuição de terras atendesse às expectativas dos colonos que chegavam (AURICH, 1996; FALCHETTO, 2003; DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO LOCAL, 2002; INSTITUTO JONES SANTOS NEVES, 2007).

O norte do Estado se apresentava com áreas ainda inexploradas, uma cobertura vegetal quase intocada, com terras a preços muito abaixo do mercado, além do incentivo do governo estadual para a exploração e conquista da região. Essas são as condições ideais para o empreendimento de expansão desejada pelos colonos do sul (AURICH, 1996, p. 36).

²³ Disponível em: < <http://www.ijsn.es.gov.br>>. Acesso em: 1 out. 2007.

Figura 7: Microrregiões do Espírito Santo



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves (2007).

O primeiro grupo vindo do sul do Estado abre espaço para um fluxo contínuo de novos colonos. Surgem a partir daí as demarcações com cercas e escrituração das terras. Em 1949 chega a Barra Seca Cipriano Cocco, pioneiro responsável pela construção de um barracão de estuque, marcando efetivamente a consolidação do núcleo colonizador.

Antes dele [Cipriano Cocco] chegaram, em junho de 1949, seus filhos Olímpio, Malvino e Francisco, acompanhados de Sebastião Ribondi, cunhado de Olímpio. Miguel e Alfeu Sossai, com as respectivas famílias, chegam para ficar em 22 de agosto de 1950, exatamente no dia em que foi celebrada a primeira missa (AURICH, 1996, p. 40).

As famílias italianas que passaram a habitar a região de Barra Seca possuíam valores culturais fortemente ligados aos valores religiosos. A construção da igreja foi uma das prioridades e elemento fundamental para a realização das missas de domingo, cerimônias de casamento e batismos. A igreja foi um dos principais espaços de inter-relação e de coesão naquele período e sua construção foi realizada a partir de um mutirão envolvendo colonos italianos e caboclos.

Com o passar dos anos a mata cede espaço à lavoura. O clima favorável, as chuvas regulares e a fertilidade do solo propiciam uma farta colheita. Inicialmente foram implementadas a cultura de banana e mandioca pelo curto ciclo de produção e alta produtividade. Em seguida foram plantadas as primeiras sementes de café Bourbon²⁴, tradicionalmente plantado no sul do Estado, mas não adequado ao clima do norte capixaba.

A partir da década de 1950 foram comprados equipamentos para o beneficiamento do café, cultura agrícola que neste momento já apresentava ganhos de produção. As primeiras aquisições foram feitas por José Sossai. Embora a base econômica estivesse fundamentada na produção do café, as atividades comerciais começam a se desenvolver. Em outubro de 1953 é aberta a primeira casa de comércio, de propriedade de Nicolau Falchetto. A partir de 1957, Barra Seca passa a ser ligada por um ponto de ônibus, elemento fundamental para o desenvolvimento do comércio local, uma vez que provocou considerável aumento na circulação de pessoas, favorecendo a venda de mercadorias.

Relato 1 [sic]: Rita Falchetto, moradora de Jaguaré e filha de Nicolau Falchetto, primeiro comerciante local²⁵

O seu José Sossai e meu pai eram muito amigos. Seu José Sossai veio pra cá, pra Jaguaré, ele e a família. Só que ele ficou morando isolado, tinha muita mata, muito bicho e ele ficou meio espantado com a situação. Ele vivia pedindo, mandando cartas para papai vir morar pra cá. [...] Ele conseguiu convencer papai de vir pra cá com a família, na época papai tinha dois filhos. Papai falou

²⁴ Espécie de café arábica desenvolvida na França no século XVIII.

²⁵ Entrevista concedida em 20 de outubro de 2007, no local onde funcionou a primeira casa comercial de Jaguaré, hoje um pequeno bar de propriedade de Rita Falchetto.

que vinha dar uma olhada pra ver se compensava. A intenção do seu Zé Sossai era que papai montasse um comércio em Jaguaré, porque ele já trabalhava com isso em Venda Nova²⁶ nessa época. Trabalhava com os Perim, lá em Venda Nova. Ele veio aqui, gostou do lugar, fizeram reuniões com os caboclos, com o seu José Sossai e conseguiram convencer papai. A partir desse momento eles decidiram que seria fundado aqui um distrito.

Traço característico da cultura italiana, Jaguaré, já naquela época, revelava uma tradição de festas e reuniões, normalmente associadas a eventos religiosos. A igreja era considerada o epicentro dos principais acontecimentos da cidade, dos encontros familiares até as decisões do futuro da nova comunidade. As relações de cooperação extrapolavam as obras comunitárias perpassando também as construções privadas.

Ligando o norte do Estado à capital capixaba, a BR 101 foi uma importante obra para o desenvolvimento econômico da região. Base para o escoamento dos produtos e para a locomoção de pessoas, a rodovia federal atravessava o então povoamento de Jaguaré. O grande fluxo de pessoas e automóveis na localidade foi agente responsável pelo desenvolvimento comercial, facilitando a compra e venda de mercadorias. Com o asfaltamento da estrada, o percurso foi transferido para Barra Seca, dando maior destaque ao povoado e fazendo com que Jaguaré perdesse o impulso econômico inicial, dificultando inclusive o processo de criação de um distrito.

As atas do Comitê Pró-melhoramentos de Jaguaré²⁷, evidenciam o clima de reciprocidade e da organização em torno de ideais comuns (AURICH, 1996). Percebia-se então a necessidade de uma representação política composta por membros da própria comunidade. Em 1962, Nicolau Falchetto, presidente do comitê, foi eleito vereador do município de São Mateus.

²⁶ Município da Microrregião Sudoeste Serrana do Estado do Espírito Santo.

²⁷ Criado em 25 de julho de 1960, o Comitê Pró-melhoramentos de Jaguaré tinha por objetivo a união de forças para encontrar as soluções que a comunidade exigia, dada a nova realidade do distrito e as demandas que surgiam em função do desenvolvimento da localidade (AURICH, 1996).

Com o desenvolvimento experimentado a partir do advento do extrativismo da madeira e o surgimento de inúmeras serrarias, Jaguaré passa a demonstrar grande força política e econômica para o município de São Mateus (AURICH, 1996). A partir daí, inicia-se um processo de discussão entre os moradores de Jaguaré e Barra Seca em torno da transformação dessas vilas emergentes em distrito de São Mateus. O sentimento de abandono em relação à sede administrativa torna-se base para amplas reivindicações, uma vez que já demonstravam sua importância econômica.

A década de 60 assiste a uma significativa transformação da localidade com a chegada de uma nova mentalidade empresarial e uma nova forma de explorar as riquezas da terra – a mata começa a ser utilizada como fonte de lucro. Nesta época o café atravessava uma séria crise, que abala de forma marcante toda a economia nacional, com desdobramentos no Estado e, conseqüentemente, na região de Jaguaré. Entretanto a região adapta-se a esta situação, garantindo o seu desenvolvimento alicerçado no extrativismo vegetal e no beneficiamento da madeira, com a instalação de serrarias (DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO LOCAL, 2002).

Nesse período, a imensa reserva de madeira proveniente da Mata Atlântica tomou conta do cenário local. Como resultado, graças ao funcionamento de dezenas de serrarias, houve grande desmatamento da floresta natural e, em função da crescente necessidade de mão-de-obra, um considerável aumento do contingente populacional.

A partir desse momento, a necessidade de energia elétrica passa a fazer parte da agenda do distrito. Os motores que faziam funcionar as serrarias serviam também às casas ao seu redor, entretanto isso não era suficiente.

A tarefa de trazer a energia elétrica para Jaguaré foi cercada de problemas, que exigiram contínua busca de soluções. A solidariedade entre os moradores, capitaneada pelo Comitê Pró-melhoramentos de Jaguaré, facilitou o encontro dessas soluções. A vinda da energia da Escelsa²⁸, depois de todo o projeto já elaborado minuciosamente, esbarrou em uma questão burocrático-financeira: o escritório central da Escelsa, instalado em Nova Venécia, recusou-se a executar o projeto devido a um débito da prefeitura de São Mateus que precisava ser quitado. [...] A dívida deveria ser paga para que fossem obtidas as benesses da energia elétrica e ninguém mais que os donos de serrarias tinham interesse no empreendimento. É feita então uma cotação entre esses empresários e, em uma reunião memorável, ocorrida no restaurante de Aniceto Sossai, Paschoal Brioschi, Calixto Dagostini, Tranqüilo Gasparini e Pedro Sossai

²⁸ Companhia energética local.

entregam ao Prefeito de São Mateus, Danilo Pirola, o dinheiro arrecadado para saldar a dívida, liberando os entraves burocráticos que impediam o crescimento da vila (AURICH, 1996, p. 40).

Embora os interesses econômicos fossem claros em relação ao pagamento da dívida, o processo que envolveu o levantamento dos recursos financeiros necessários a sua quitação demonstra um forte laço de cooperação entre o grupo de empresários da região.

Dadas as condições impostas pela política mateense e graças à organização comunitária, lotes são doados pelos próprios moradores, a exemplo de Luiz Facco e Nicolau Falchetto, para a construção do posto de saúde, posto de arrecadação, delegacia e cartório de registro civil. A liderança do Comitê Pró-melhoramentos de Jaguaré foi fundamental para que as reivindicações da criação do novo distrito chegassem ao prefeito de São Mateus. Com parecer favorável à transformação de Jaguaré em distrito, faltava a aprovação da Assembléia Legislativa, o que ocorreu nos meses seguintes. Com a superação das dificuldades, em 9 de agosto de 1964 foi instalado o distrito de Jaguaré.

Em 1970 novos representantes foram eleitos para a câmara municipal de São Mateus, confirmando a importância política conquistada na década anterior. No mesmo ano o Sr. Nicolau Falchetto torna-se vice-prefeito do município.

O crescimento econômico do distrito, as conquistas sociais, o avanço na área de educação, a representatividade política confirmada, paralela às expectativas de obras de saneamento básico, realizações que o lugar já pleiteava, fazem aflorar no povo de Jaguaré o desejo de enfim conquistar sua emancipação político-administrativa (AURICH, 1996, p. 104).

Em 1979 é dado início ao processo de emancipação com o recolhimento de assinaturas para que fossem encaminhadas à Assembléia Legislativa. O objetivo era que os deputados verificassem as possibilidades de emancipação, uma vez que o então distrito já possuía índices populacionais e eleitorais e rendimentos proporcionados pela produção cafeeira e pecuária, fatores que davam condições ao pleito da comunidade. No ano de 1980 o abaixo assinado é lido na sessão, dando continuidade ao processo. Ao final daquele mesmo ano o processo é

arquivado, com base no artigo 134 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa.

No mês de abril de 1981 o processo foi desarquivado a pedido do deputado estadual Lúcio Merçon e um novo abaixo-assinado foi encaminhado à Assembléia com a solicitação de anexação da vila de Barra Seca ao novo município que surgiria. Após todas as providências legais cabíveis, no dia 13 de dezembro de 1981, o governador Eurico Vieira de Rezende sancionou a lei que criava o município de Jaguaré (Figura 8).

As comemorações pela emancipação mais uma vez mostraram o espírito de união dos moradores de Jaguaré. [...] O povo compareceu às ruas, com ar de festa. Faixas em que foram escritas saudações de progresso ao novo município engalanavam a cidade (AURICH, 1996, p. 104).

A eleição do primeiro prefeito do novo município ocorreu em 15 de novembro de 1982. Foram eleitos o Domingos Sávio Pinto Martins e Ozílio Carlos Pansini, prefeito e vice-prefeito, respectivamente. Assim, uma nova realidade é instalada no agora município de Jaguaré.

Quadro 3: Linha do tempo de Jaguaré

(continua)

- 1946 – Chegada dos primeiros italianos no município;
- 1950 – 1ª Missa celebrada em Jaguaré pelo cônego Guilherme Smith;
- 1953 – 1ª produção de café;
- 1954 – 1ª máquina de pilar café de propriedade de José Sossai;
- 1963 – Em dezembro foi criado o distrito de Jaguaré;
- 1964 – Em 9 de agosto foi instalado o distrito de Jaguaré, razão pela qual a principal avenida chama-se Nove de Agosto;
- 1970 – Foram eleitos vereadores Paschoal Brioschi e Crispiniano Cerutti moradores do distrito de Jaguaré que pertencia ao Município de São Mateus. Neste mesmo ano Nicolau Falchetto foi eleito vice-prefeito, mais tarde foram eleitos também os Pedro Sossai e Almiro Altoé, além de Manoel Moreira Braga;

Quadro 3: Linha do tempo de Jaguaré

(conclusão)

- 1976 – Foi eleito para vice-prefeito do Município de São Mateus o Túlio Pariz, morador do distrito de Jaguaré;
- 1981 – Eleição através de plebiscito da emancipação em 15 de novembro. Dia 13 de dezembro de 1981 é a data oficial da emancipação política, quando o então governador do estado, Eurico Vieira de Rezende, sancionou a Lei nº 3.445;
- 1982 – Domingos Sávio Pinto Martins é eleito o primeiro prefeito de Jaguaré, que governou por um período de seis anos;
- 1988 – É eleito prefeito Túlio Pariz;
- 1992 – Domingos Sávio Pinto Martins é reeleito. Neste mesmo ano houve renúncia do cargo de prefeito para assumir, como suplente, a vaga de deputado estadual na Assembléia Legislativa do Espírito Santo. Seu vice, Alaídes Mariani, assume o cargo, administrando entre 1992 a 1996;
- 1996 – Evilásio Sartório Altoé é eleito prefeito;
- 1998 – Início da produção de petróleo em poços localizados no campo de Fazenda Alegre;
- 2000 – Evilásio Sartório Altoé é reeleito prefeito do município;
- 2003 – Jaguaré obtém arrecadação recorde de aproximadamente R\$ 12,8 milhões;
- 2004 – Florivaldo Picolli, apoiado por Evilásio Altoé é eleito prefeito, porém não é diplomado por possuir contratos com a prefeitura.
- 2005 – O presidente da Câmara Municipal, Rogério Feitani, assume interinamente o cargo de prefeito e logo após a definição do novo pleito, é candidato e vence o processo eleitoral.

Fontes: Diagnóstico sócio-econômico de Jaguaré (2004), Agência de Desenvolvimento de Jaguaré (ADEJ), Petrobras e Incaper.

2.2. ASPECTOS GERAIS

2.2.1. População e organização geográfica

Entre 1991 e 2007, a população de Jaguaré teve uma taxa média de crescimento anual de 4,4%, passando de 14.771 em 1991 para 21.098 em 2007. A taxa de urbanização cresceu 9,7 pontos percentuais, passando de 45,9% em 1991 para 55,6% em 2000 (Tabela 1 e Gráficos 1 e 2). Em 2007, a população do município representava 0,63% da população do Estado, e 0,01% da população do País.

Tabela 1: População por situação de domicílio

Indicadores	1991	2000	2007
População total	14.771	19.539	21.098
Urbana	6.777	10.699	11.730
Rural	7.994	8.840	9.367
Taxa de urbanização	45,9%	54,8%	55,6%

Fonte: IBGE (2007).

Nota: Os dados referentes ao ano de 2007 são uma projeção segundo dados do IBGE.

Quanto à organização comunitária, Jaguaré, mesmo antes de sua emancipação, estava dividido em dois distritos (Sede e Barra Seca), tendo sido criado posteriormente o distrito de Nossa Senhora de Fátima. A Sede do município é a principal área urbana e onde está concentrada a maior parte dos moradores. Os três distritos estão organizados de acordo com as seguintes comunidades (Figura 8):

- **Jaguaré (Sede)**
 - Córrego das Abóboras;
 - Japira;
 - Girau;
 - Santa Maria Gorete;
 - São Brás;
 - Córrego da Areia;
 - São José;
 - São Paulo;
 - Bom Jesus;
 - Rio do Sul;

- Assentamento 13 de Setembro;
- Aracati.

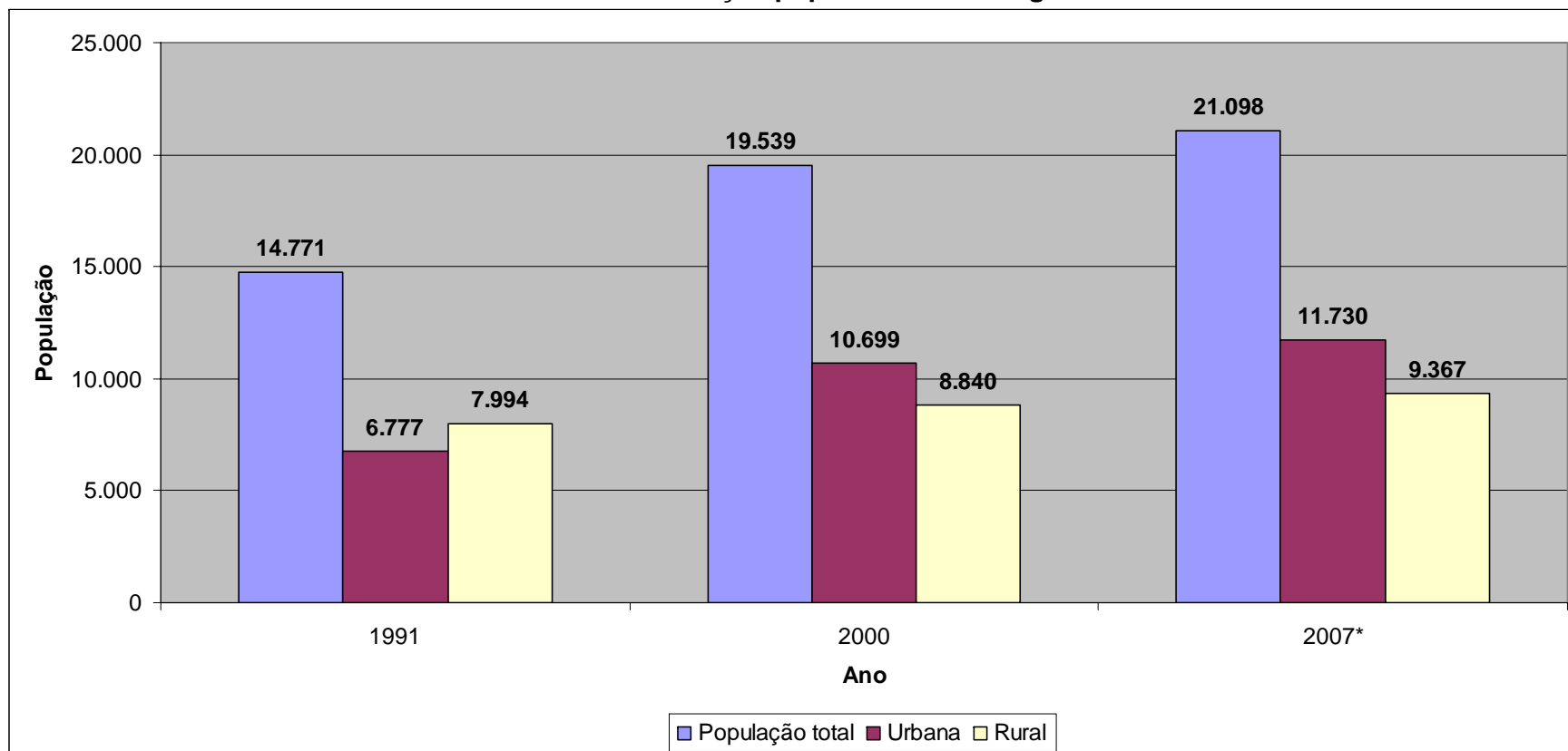
- **Barra Seca (Sede)**

- Palmito;
- Zanelato;
- São Roque;
- Santa Rita;
- São João do Estivado;
- Palmitinho;
- Água Limpa;
- São Domingos;
- Comunidade Luterana.

- **Nossa Senhora de Fátima (Sede)**

- Santo Antônio de Pádua;
- São João Bosco;
- Vargem Grande;
- Barra Seca Velha;
- São Judas Tadeu;
- Valiati;
- Santo Anjo.

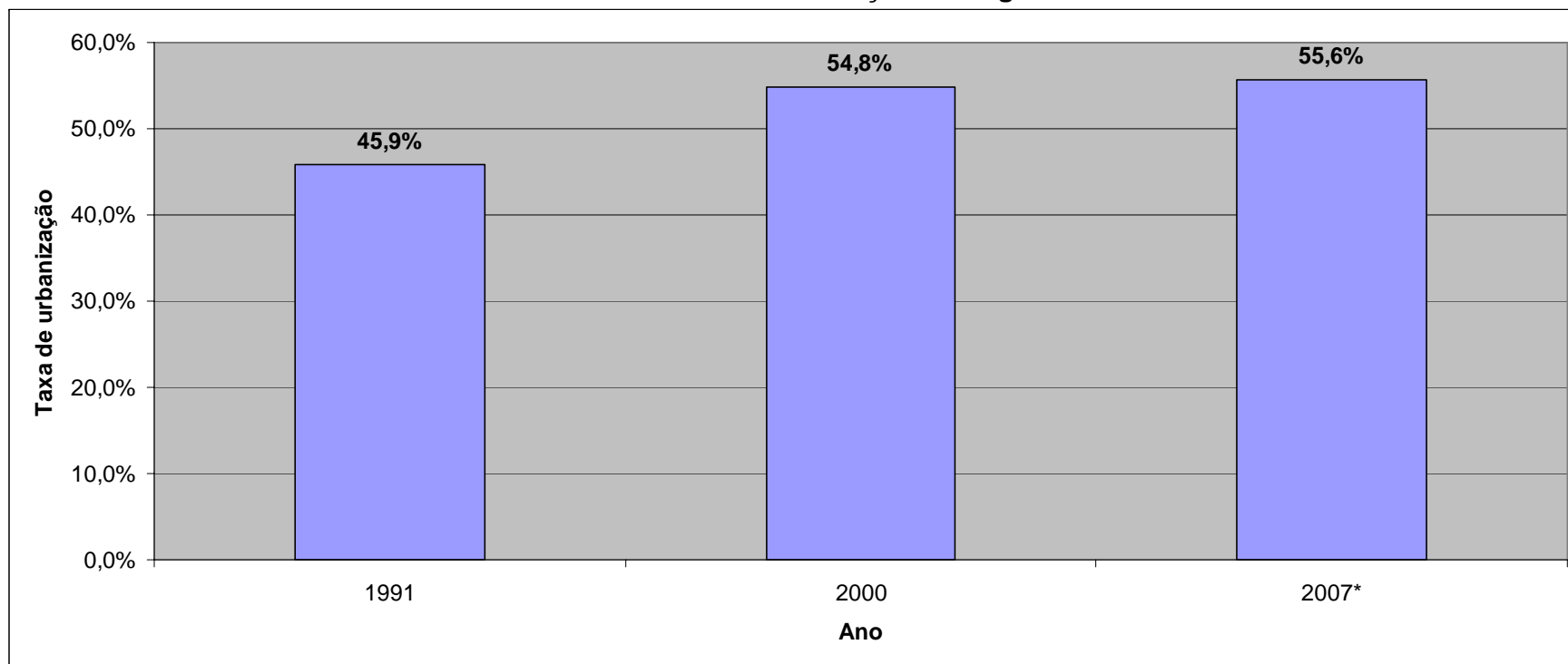
Gráfico 1: Distribuição populacional em Jaguaré



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000 e contagem Populacional 2007.

Nota: Os dados referentes ao ano de 2007 são uma projeção segundo dados do IBGE.

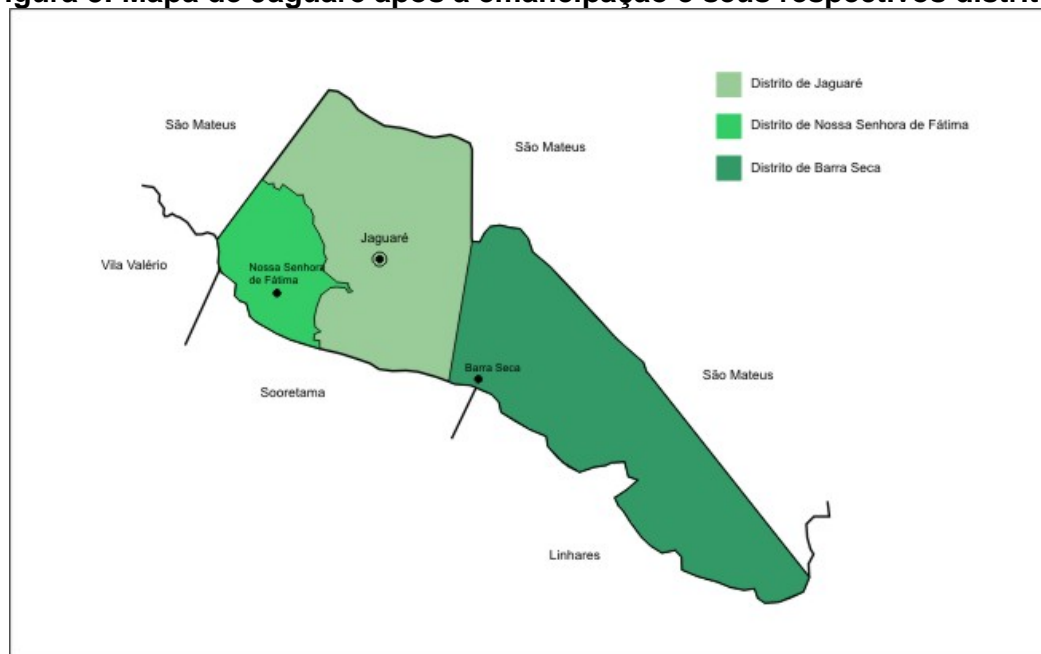
Gráfico 2: Taxa de Urbanização em Jaguaré



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000 e contagem Populacional 2007.

Nota: Os dados referentes ao ano de 2007 são uma projeção segundo dados do IBGE.

Figura 8: Mapa de Jaguaré após a emancipação e seus respectivos distritos



Fonte: Prefeitura Municipal de Jaguaré.

2.2.2. Educação, longevidade e renda

Em relação ao nível educacional encontrado no município de Jaguaré, percebe-se um processo de melhora substancial no que tange a população jovem do município. De acordo com a projeção para o ano de 2007, quando comparado com os índices obtidos em 1991, há uma considerável diminuição na taxa de analfabetismo entre jovens de 7 a 9 anos (-83,5%), 10 a 14 anos (-93,1%) e 15 a 17 anos (- 84,72). Quanto aos jovens de 18 a 24 anos, o recuo foi da ordem de 48,0%, o que pode ser considerado positivo, ainda que destoe dos números referentes às outras faixas etárias estudadas. Outro fator relevante, segundo projeção para 2007, é a freqüência à escola, cujo índice chegou a praticamente 100% da população entre 7 e 17 anos (Tabela 2).

Tabela 2: Nível educacional da população jovem

Faixa etária (anos)	Taxa de analfabetismo (%)			% com menos de 4 anos de estudo			% com menos de 8 anos de estudo			% freqüentando a escola		
	1991	2000	2007	1991	2000	2007	1991	2000	2007	1991	2000	2007
7 a 9	20,0	6,3	3,3	-	-	-	-	-	-	82,6	92,0	100
10 a 14	10,1	1,7	0,7	56,8	40,6	32,5	-	-	-	79,0	90,5	100
15 a 17	7,2	2,2	1,1	30,2	13,5	8,3	85,4	70,2	61,5	44,8	65,9	96,9
18 a 24	10,2	6,9	5,3	28,4	16,8	12,0	79,0	61,4	51,8	-	-	-

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD.

Nota: Os dados referentes ao ano de 2007 são uma projeção segundo dados do PNUD.

Quanto ao nível educacional da população adulta, a taxa de analfabetismo no período de 1991 a 2007 apresentou redução de 50,1%. Embora a média de anos de estudos tenha dobrado no intervalo, ainda pode ser considerada baixa, alcançando 5,8 anos, cerca de um ano a menos que a média do Espírito Santo, de acordo com projeção para 2007 (Tabela 3).

Tabela 3: Nível educacional da população adulta (25 anos ou mais)

Indicadores	1991	2000	2007
Taxa de analfabetismo	34,9	22,9	17,4
% com menos de 4 anos de estudo	59,9	44,9	37,0
% com menos de 8 anos de estudo	88,7	79,2	73,3
Média de anos de estudo	2,9	4,3	5,8

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD.

Nota: Os dados referentes ao ano de 2007 são uma projeção segundo dados do PNUD.

No período 1991-2007, a taxa de mortalidade infantil do município diminuiu 45,8%, passando de 65,0 (por mil nascidos vivos) em 1991 para 35,2 (por mil nascidos vivos) em 2007, e a esperança de vida ao nascer cresceu 8,4 anos, passando de 58,3 anos em 1991 para 66,7 anos em 2007 (Tabela 4).

Tabela 4: Indicadores de longevidade, mortalidade e fecundidade

Indicadores	1991	2000	2007
Mortalidade até 1 ano ²⁹	65,0	44,9	35,2
Esperança de vida ao nascer ³⁰	58,3	63,1	66,7
Taxa de fecundidade total ³¹	4,3	2,8	2,1

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD.

Nota: Os dados referentes ao ano de 2007 são uma projeção segundo dados do PNUD.

A renda *per capita* média do município cresceu 13,0%, passando de R\$ 280,58 em 1991 para R\$ 322,68 em 2007³². A pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 380,00, equivalente à metade do salário mínimo vigente em dezembro de 2007) diminuiu 48,0%, passando de 63,1% em 1991 para 40,2% em 2000. Além disso, com base no Índice de Gini, a desigualdade diminuiu cerca de 48% passando de 0,70 para 0,48 no mesmo período (Tabela 5).

Tabela 5: Indicadores de renda, pobreza e desigualdade

Indicadores	1991	2000	2007
Renda per capita média (R\$ de 2007)	280,58	301,63	322,68
Proporção de pobres	63,10	40,20	30,0
Índice de Gini ³³	0,70	0,56	0,48

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD.

Nota: Os dados referentes ao ano de 2007 são uma projeção segundo dados do PNUD.

2.3. ASPECTOS ECONÔMICOS

2.3.1. O agronegócio

Quando de sua colonização, a principal atividade econômica registrada em Jaguaré era o extrativismo da madeira, matéria-prima abundante nas grandes extensões territoriais da Mata Atlântica.

²⁹ Por mil nascidos vivos.

³⁰ Anos.

³¹ Filhos por mulher.

³² Com base na inflação acumulada de 2000 a 2007, tomando-se por base o IPCA (IBGE). Fonte: Banco Central do Brasil.

³³ Neste indicador, o Índice de Gini é utilizado como medida de concentração ou desigualdade utilizada na análise da distribuição de renda. Seus valores podem variar de zero, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor) a um, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula). Embora seja de uso comum nas análises referentes à distribuição de renda, sua aplicação pode ser empregada para avaliar o grau de concentração de terra em uma determinada região, a distribuição urbana de um país em relação às suas cidades, entre outros.

Atualmente, a estratificação fundiária de Jaguaré (Tabela 6) evidencia um município formado por pequenos produtores (área de até 80ha³⁴), o que corresponde a aproximadamente 91,4% do número de propriedades do município. Seu modelo de produção é basicamente familiar, contando com a contratação de mão-de-obra principalmente nos períodos de colheita. Há pouca concentração de terras, sendo que apenas 8,6% das áreas de produção agrícola pode ser considerada de médios e grandes produtores.

Tabela 6: Estratificação fundiária do município de Jaguaré

Extratos de Área (ha)	Nº Total de Propriedades	Percentual (%)	Classificação do Produtor
Até 20,0	1.119	59,43	Mini Produtor
20,0 a 80,0	602	31,97	Pequeno Produtor
80,0 a 500,0	132	7,01	Médio Produtor
500,0 a 1000,0	20	1,06	Médio Produtor
Acima de 1000,0	10	0,53	Grande Produtor
TOTAL	1883	100	-

Fonte: Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Proater 2008 (Incaper).

Atualmente, o município de Jaguaré destaca-se principalmente quanto à produção agrícola. As principais culturas são a do café, da pimenta-do-reino, do mamão e do maracujá, segundo dados da Secretaria Municipal de Agricultura. Atividade de maior destaque, a cafeicultura ocupa cerca de 20 mil hectares de plantação, sendo o produto que concentra a maior parte da mão-de-obra, bem como de propriedades voltadas para o seu cultivo, chegando a um total de 1,5 mil produtores.

Produtores oriundos de Rio Bananal, Marilândia e São Gabriel da Palha foram os principais responsáveis pelas primeiras mudas plantadas em Jaguaré, na década de 1970.

Maior produtor nacional do café conilon³⁵, Jaguaré possui uma produtividade entre 32 e 36 sacas/beneficiadas/hectare, representando a principal atividade econômica do município. Em 2006, foram produzidas aproximadamente 680 mil sacas, gerando uma receita bruta anual de aproximadamente R\$ 122,5 milhões e cerca

³⁴ O hectare (ha) é uma unidade de medida de área e corresponde a dez mil metros quadrados.

³⁵ De acordo com dados do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência técnica e extensão rural (Incaper).

de 10,8 mil empregos, segundo o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper).

A utilização de tecnologias agrícolas por grande parte dos produtores apresenta-se como principal fator para a alta produção cafeeira no município. Destaque para a utilização de clones altamente produtivos, irrigação, nutrição, controle fitossanitário, entre outros. Embora a maior parcela de cafeicultores disponibilize de tais tecnologias em suas propriedades, um número expressivo de pequenas propriedades familiares ainda utiliza-se de baixos aparatos tecnológicos em função da falta de recursos financeiros disponíveis para o investimento em técnicas mais avançadas, ocasionado principalmente pela descapitalização e pelo pouco acesso a linhas de crédito rural, fatores essenciais para a renovação tecnológica das lavouras, além de parques incentivos públicos destinados às propriedades de baixo desempenho.

Mesmo com tamanho potencial produtivo, Jaguaré convive ao mesmo tempo com a baixa qualidade no que se refere ao tipo de café e bebida. De acordo com dados do Incaper (2008), acredita-se que as demandas externas e o pagamento justo por um produto de alta qualidade, podem ser elementos fundamentais no processo de melhoria dos produtos ofertados, fatores que não são percebidos no momento atual.

Outro elemento de destaque na economia de Jaguaré é a fruticultura. Culturas como a do mamão e do maracujá tem sido uma opção de diversificação de renda no município. A implementação de uma indústria de processamento de poupas no município de Linhares, localizado ao sul de Jaguaré, trouxe uma grande expectativa de aumento nas áreas de cultivo de maracujá. Por meio de uma cooperativa criada com o objetivo de produzir e comercializar o maracujá, foi estabelecido um preço mínimo a ser pago pelo produto e a garantia de compra de 70% da produção, um importante avanço para os agricultores, uma vez que os preços passam a sofrer menos sobressaltos no mercado local, além da eliminação de atravessadores no processo.

Considerada a segunda atividade geradora de emprego e renda em Jaguaré, a fruticultura destaca-se pela característica da constante oferta de trabalho no decorrer do ano, diferente da cultura do café cuja concentração das contratações intensifica-se no período de colheita que vai de abril a julho. Embora o maracujá e o mamão sejam os principais frutos cultivados e maiores geradores de receita, percebe-se uma tendência à ampliação do cultivo do abacaxi, dadas as características favoráveis de solo e clima da região, além de seu potencial de venda.

Tradicional produto da região, o cultivo da pimenta-do-reino também constitui uma importante fonte de geração de renda, principalmente para os pequenos produtores que empregam basicamente a mão-de-obra familiar, sendo um importante elemento de fixação do homem ao campo.

Com menor destaque, porém de certa relevância, Jaguaré apresenta ainda o cultivo dos seguintes produtos agrícolas (INCAPER, 2008):

- Seringueira: com aproximadamente 283 hectares de área plantada esta atividade normalmente é conduzida por médios e grandes produtores;
- Noz-macadâmia: cerca de 30 hectares de plantio;
- Palmito pupunha: aproximadamente 40 hectares;
- Pimenta da Jamaica: 40 hectares de área plantada.
- Eucalipto: cerca de 5,2 mil hectares de florestas plantadas. Uma pequena parte é cultivada por produtores rurais (aproximadamente 400 hectares). A maior parte da área cultivada é administrada por indústrias de celulose. Nestes espaços são utilizadas máquinas e equipamentos sofisticados nas operações de plantio e colheita. A atividade ocupa cerca de 7% da área do município e é considerada inexpressiva na geração de emprego e renda no município.

As atividades pecuárias são caracterizadas por uma produção mista (corte e leite) e é explorada por apenas 8% dos proprietários rurais do município, sendo o rebanho próximo de 13,5 mil cabeças.

A agroindústria ainda é incipiente em Jaguaré e pouco representativa na geração de emprego e renda no município. Destaca-se nesse processo a compra por parte de um grupo de empresários locais de uma fábrica de poupas, porém ainda não se encontra em funcionamento.

Tabela 7: Principais atividades agrícolas do município – Ano 2007

Atividade	Área plantada (ha)	Área em produção (ha)	Produção Anual	Valor bruto Produção Anual (valores em 1000)
Café conilon	21.000	19.000	665.000/sacas	R\$ 122.400.000,00
Pimenta do reino	230	200	760 t	R\$ 2.660.000,00
Maracujá	320	250	6.250t	R\$ 3.250.000,00
Mamão	350	250	10.000 t	R\$ 3.600.000,00
TOTAL	-	-	-	R\$ 131.910.000,00

Fonte: Programa de Assistência técnica e e Extensão Rural – Proater 2008 (Incaper).

2.3.2. A economia do petróleo em Jaguaré

Depois da agricultura, a produção de petróleo é a segunda maior fonte de receitas para o município de Jaguaré, correspondendo a aproximadamente 20% da arrecadação. A principal área de extração petrolífera está localizada na Estação Fazenda Alegre (FAL), que teve suas atividades iniciadas após descoberta do campo em 1996 e é responsável pela maior produção em terra no Espírito Santo e uma das maiores do Brasil.

O primeiro poço perfurado em FAL apresentou uma produtividade muito pequena. Havia grande dificuldade na extração do petróleo encontrado ali, pelo fato de ser muito pesado (aproximadamente 13º API³⁶). Os primeiros volumes extraídos não chegavam a um metro cúbico/dia (aproximadamente 6 barris). Após aplicação de novas técnicas de extração, oriundas de experiências em outros campos, FAL passou a produzir cem metros cúbicos/dia (600 barris), sem a utilização de métodos de elevação artificial, o que impressionou os engenheiros responsáveis pelas atividades no campo, dada grande viscosidade do óleo.

³⁶ O grau API é uma escala hidrométrica idealizada pelo *American Petroleum Institute* (API), juntamente com a *National Bureau of Standards* e utilizada para medir a densidade relativa de líquidos. Sua escala permite classificar o óleo como leve (maior que 33,1 °API), médio (22,3 a 33,1°API) e pesado (abaixo de 22,3°API).

Após a percepção da diminuição da produtividade do campo, foram instalados sistemas artificiais de elevação a partir da utilização de equipamentos de bombeio mecânico (popularmente conhecidos como cavalos-de-pau), tecnologia empregada até o presente momento no campo.

Dadas as metas de produção e pelo fato do campo ser considerado de grande porte para os padrões brasileiros, muitos poços foram perfurados resultando em níveis elevados de produtividade, proporcionando sucessivos recordes de produção em terra no Espírito Santo.

A alta viscosidade do petróleo de Jaguaré não possibilitava sua transferência por meio de oleodutos para o Terminal de Regência, em Linhares. Assim, a produção era armazenada em tanques com capacidade para aproximadamente 400 barris. O transporte era feito por carretas que faziam cerca de cinquenta viagens por dia em direção a Regência, o que implicava em altos riscos ambientais e de acidentes, além de custos elevados.

O projeto de construção de uma planta industrial de processamento de óleo em Jaguaré surgiu pelo fato de não existir no Espírito Santo nenhuma estação de tratamento voltada para um óleo tão pesado e também pelo campo possuir um grande volume de óleo no reservatório. Hoje Fazenda Alegre é considerado o maior campo com volume de óleo *in place* do Espírito Santo e responsável por aproximadamente 27 mil barris por dia.

De acordo com dados da Petrobras, o campo de Fazenda Alegre foi considerado uma espécie de laboratório para que fossem testadas tecnologias que pudessem ser empregadas na produção em alto mar. Outro fator relevante é que FAL não possui tanques de armazenamento, uma vez que hoje sua produção é toda escoada por meio de um oleoduto ligado ao Terminal Norte Capixaba (TNC), localizado no município de São Mateus, de onde o petróleo é transferido para navios-tanque. O TNC possui quatro tanques de armazenagem, isolados termicamente e que mantêm o óleo aquecido para facilitar a sua transferência em função de sua elevada viscosidade.

A partir de uma análise das propriedades do petróleo de FAL, chegou-se à conclusão que o mesmo poderia ser empregado na produção de óleo isolante, utilizado principalmente na fabricação de transformadores elétricos e amortecedores automotivos. Antes do início das operações em FAL, o país precisava importar esse tipo de óleo da Venezuela (pelo fato de possuir características muito específicas), fato que atualmente não mais ocorre. Atualmente Jaguaré conta com aproximadamente sessenta poços de produção.

Relato 2 [sic]: Nery de Rossi, gerente de engenharia de produção da Unidade de Negócio de Exploração e Produção da Petrobras no Espírito Santo³⁷

Nós percebemos que a Petrobras importava óleo naftênico da Venezuela. [...] Entramos em contato com a Lubnor³⁸, em Fortaleza [CE] que é quem processava o óleo venezuelano. A Lubnor começou a dizer: “Mande pra gente para gente ver”. Então nós começamos a mandar alguns pequenos carregamentos de navio. [...] Quando ele começou a ir para a Lubnor, viram que esse óleo era melhor que o da Venezuela. Hoje, o grande volume de petróleo processado na Lubnor é proveniente de Fazenda Alegre.

A produção de petróleo tem garantido importantes receitas graças aos *royalties* e participações especiais pagas, principalmente pela Petrobras. No ranking capixaba de arrecadação de royalties, Jaguaré ocupa a 7ª posição³⁹ com uma receita da ordem de R\$ 7 milhões em 2007 (Tabela 9). A arrecadação do município corresponde a 4,3% da receita da estadual que representou aproximadamente R\$ 173 milhões anuais (Tabelas 8, 9 e 10; Gráficos 4 e 5).

Quando comparada a evolução dos pagamentos de royalties e participações especiais do petróleo no período de 1999 a 2007, Jaguaré alcança um crescimento de mais de 5.035,85%, contra 926,15% do Espírito Santo (Tabelas 8 e 10).

³⁷ Entrevista concedida em 09 de abril de 2008.

³⁸ A Lubnor (Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste) é uma refinaria pertencente ao Sistema Petrobras e responsável pela produção de asfalto, óleo combustível para navios, óleos lubrificantes e isolantes, entre outros.

³⁹ Dados de 2007, segundo o Infroyalties.

O pagamento de *royalties* e participações especiais ultrapassou os R\$ 12 milhões em 2003. Em 2004 houve uma queda de arrecadação da ordem de 37,5%, em relação ao ano anterior. Nos anos seguintes, os pagamentos apresentaram oscilações, fechando o ano de 2007 com um recolhimento de R\$ 7,8 milhões (Gráfico 5).

Tabela 8: Royalties + Participações Especiais, Espírito Santo, 1999 a 2007⁴⁰

Ano	Royalties (R\$)	Participações Especiais (R\$)	Royalties + Participações Especiais (R\$)	Resultado da arrecadação em relação a 1999 (%)	Resultado da arrecadação em relação ao ano anterior (%)
1999	16.942.740,34	0,00	16.942.740,34	-	-
2000	27.932.443,79	0,00	27.932.443,79	64,86	64,86
2001	44.422.578,30	182.061,39	44.604.639,69	163,27	59,69
2002	49.404.715,40	3.164.295,29	52.569.010,69	210,27	17,86
2003	77.767.608,88	10.984.862,01	88.752.470,89	423,84	68,83
2004	61.782.479,57	13.448.314,26	75.230.793,83	344,03	-15,24
2005	64.846.437,97	15.693.979,75	80.540.417,72	375,37	7,06
2006	107.142.832,83	17.604.658,29	124.747.491,12	636,29	54,89
2007	151.719.928,34	22.138.777,69	173.858.706,03	926,15	39,37

Fonte: Universidade Cândido Mendes. Inforoyalties, 2008.

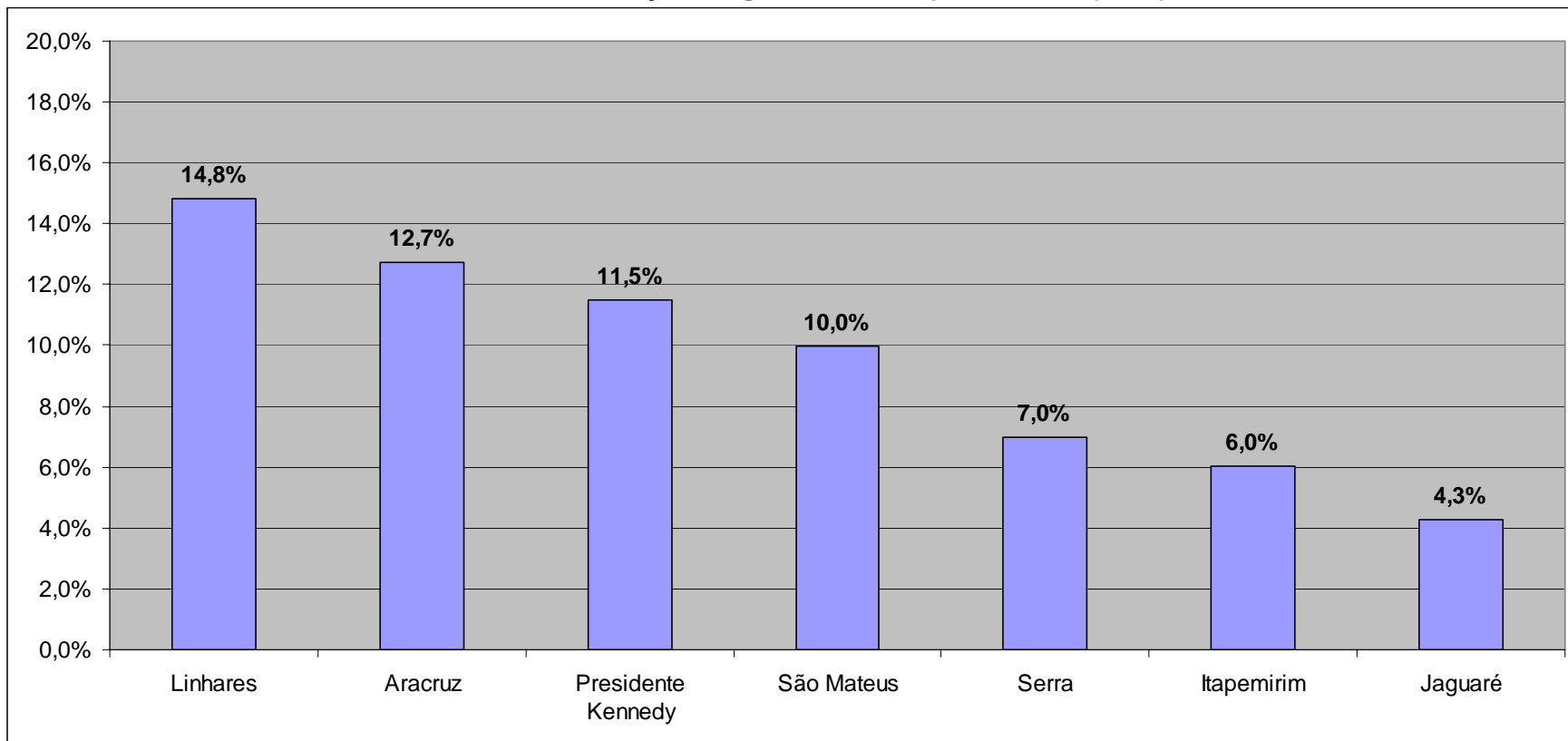
⁴⁰ Corrigido pelo IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna) de janeiro de 2008.

Tabela 9: Royalties e participações especiais corrigidos pelo IGP-DI (2007)

Colocação	Município	Royalties (R\$)	Participações Especiais (R\$)	Royalties + Participações Especiais (R\$)
1º	Linhares	24.406.239,06	-	24.406.239,06
2º	Aracruz	20.996.147,95	-	20.996.147,95
3º	Presidente Kennedy	14.803.455,00	4.152.786,11	18.956.241,11
4º	São Mateus	16.473.351,67	-	16.473.351,67
5º	Serra	11.517.403,75	-	11.517.403,75
6º	Itapemirim	9.074.326,94	884.602,57	9.958.929,51
7º	JAGUARÉ	6.966.774,75	101.113,64	7.067.888,39
8º	Fundão	5.882.498,85	-	5.882.498,85
9º	Vitória	4.357.266,64	-	4.357.266,64
10º	Vila Velha	3.880.823,76	-	3.880.823,76
11º	Anchieta	2.425.514,81	-	2.425.514,81
12º	Conceição da Barra	1.528.119,26	-	1.528.119,26
13º	Marataízes	1.313.477,73	126.277,20	1.439.754,93
14º	Guarapari	521.881,11	-	521.881,11
15º	Piúma	333.424,01	-	333.424,01

Fonte: Universidade Cândido Mendes. Inforoyalties, 2008.

Gráfico 3: Principais municípios beneficiários de Royalties e Participações Especiais comparados com a arrecadação do governo do Espírito Santo (2007)



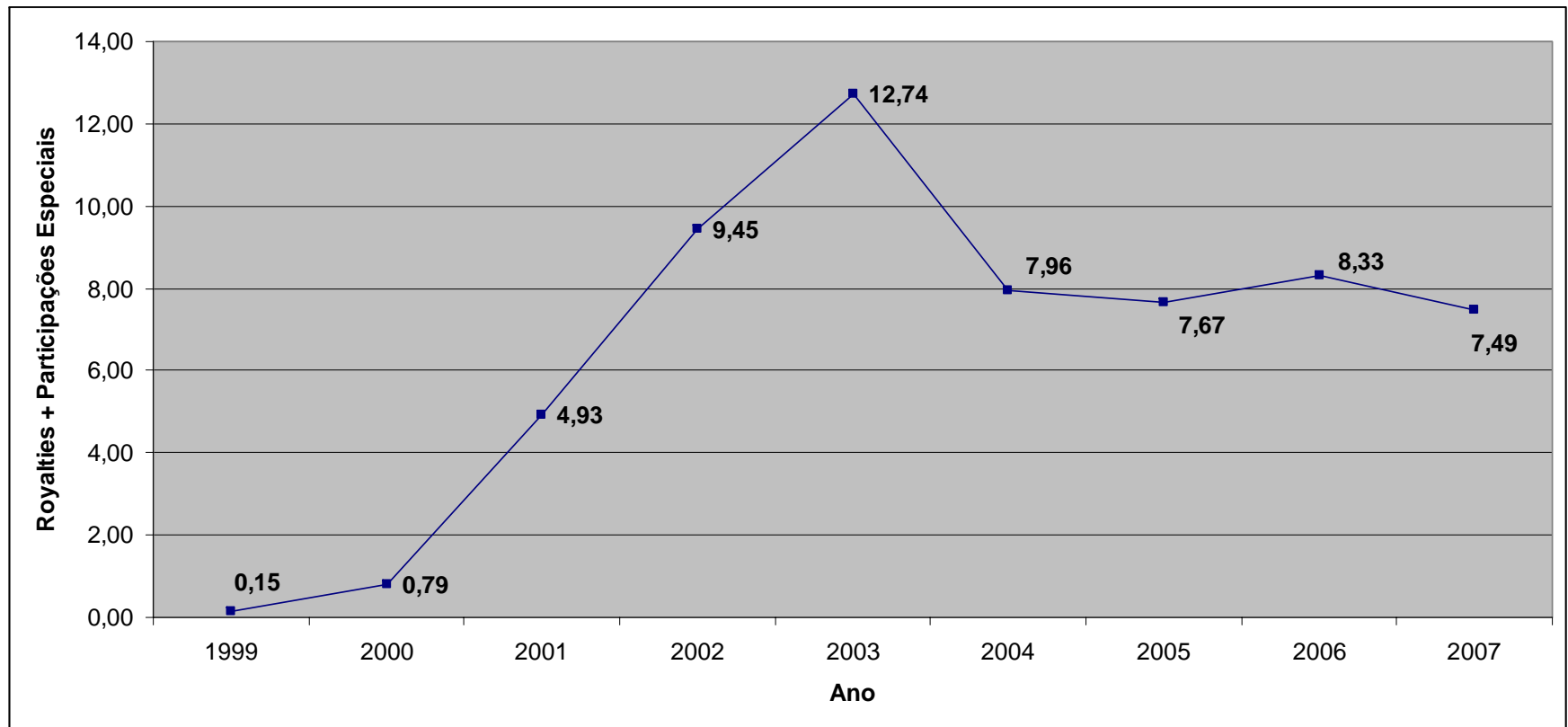
Fonte: Universidade Cândido Mendes. Inforoyalties, 2008.

Tabela 10: Arrecadação de Jaguaré com *royalties* e participações especiais gerados pelo petróleo, 1999 - 2007

Ano	<i>Royalties</i> (R\$)	Participações Especiais (R\$)	<i>Royalties</i> + Participações Especiais (R\$)	Resultado da arrecadação em relação a 1999 (%)	Resultado da arrecadação em relação ao ano anterior (%)
1999	145.743,20	0,00	145.743,20	-	-
2000	790.800,24	0,00	790.800,24	442,60	442,60
2001	4.933.907,44	0,00	4.933.907,44	3.285,34	523,91
2002	8.657.586,30	791.073,82	9.448.660,12	6.383,09	91,50
2003	11.110.562,84	1.630.882,71	12.741.445,55	8.642,39	34,85
2004	7.668.785,52	294.774,60	7.963.560,12	5.364,10	-37,50
2005	7.618.652,63	51.218,74	7.669.871,37	5.162,59	-3,69
2006	8.255.497,69	72.452,89	8.327.950,58	5.614,13	8,58
2007	7.377.130,64	108.024,88	7.485.155,52	5.035,85	-10,12

Fonte: Universidade Cândido Mendes. Inforoyalties, 2008.

Gráfico 4: Evolução do pagamento de Royalties + Participações Especiais, Jaguaré, 1999 a 2007⁴¹ (em milhões de reais)



Fonte: Universidade Cândido Mendes. Inforoyalties, 2008.

⁴¹ Valores corrigidos pelo IGP-DI de janeiro de 2008.

2.4. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

2.4.1. Conceitos gerais

Base para a elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o conceito de desenvolvimento humano⁴² leva em consideração aspectos que vão além da dimensão econômica para que seja avaliado o avanço de uma população. Outras características também são levadas em consideração, bem como aquelas referentes a questões sociais, culturais e políticas como fatores influenciadores da qualidade da vida humana (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2003).

O objetivo central do IDH é a contraposição a outro índice, o PIB per capita, bastante utilizado como indicador de desenvolvimento, que, porém, leva em consideração apenas a produção de riquezas dividido pela população de um determinado espaço, sendo, portanto, um indicador que leva em consideração apenas a dimensão econômica do processo. Criado pelo indiano Mahbud ul Haq, com colaboração Amartya Sen, o IDH avalia a longevidade e aspectos educacionais em determinado espaço, além de medida de renda per capita.

O IDH é calculado a partir da média aritmética simples de três subíndices referentes a longevidade (IDH-Longevidade), educação (IDH- Educação) e renda (IDH-Renda). Seus resultados podem ser voltados para a mensuração em esferas nacionais, regionais, estaduais e municipais, sendo que, no Brasil, tais informações estão consolidadas no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

2.4.2. IDH em Jaguaré

Nos últimos dezesseis anos (1991-2007) o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Jaguaré cresceu 17,48%, passando de 0,629 em 1991 para 0,739 em 2007 (Tabela 11).

⁴² Além do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o conceito de desenvolvimento humano também é utilizado para a elaboração dos Relatórios de Desenvolvimento Humano (RDRs), publicações que visam a mapear de forma mais abrangente fatores que possam impactar a qualidade de vida humana (PNUD, 2008).

Tabela 11: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) em Jaguaré

Indicadores	1991	2000	2007
IDH-M	0,629	0,691	0,739
Educação	0,700	0,793	0,867
Longevidade	0,555	0,635	0,699
Renda	0,632	0,644	0,653

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD (2003).

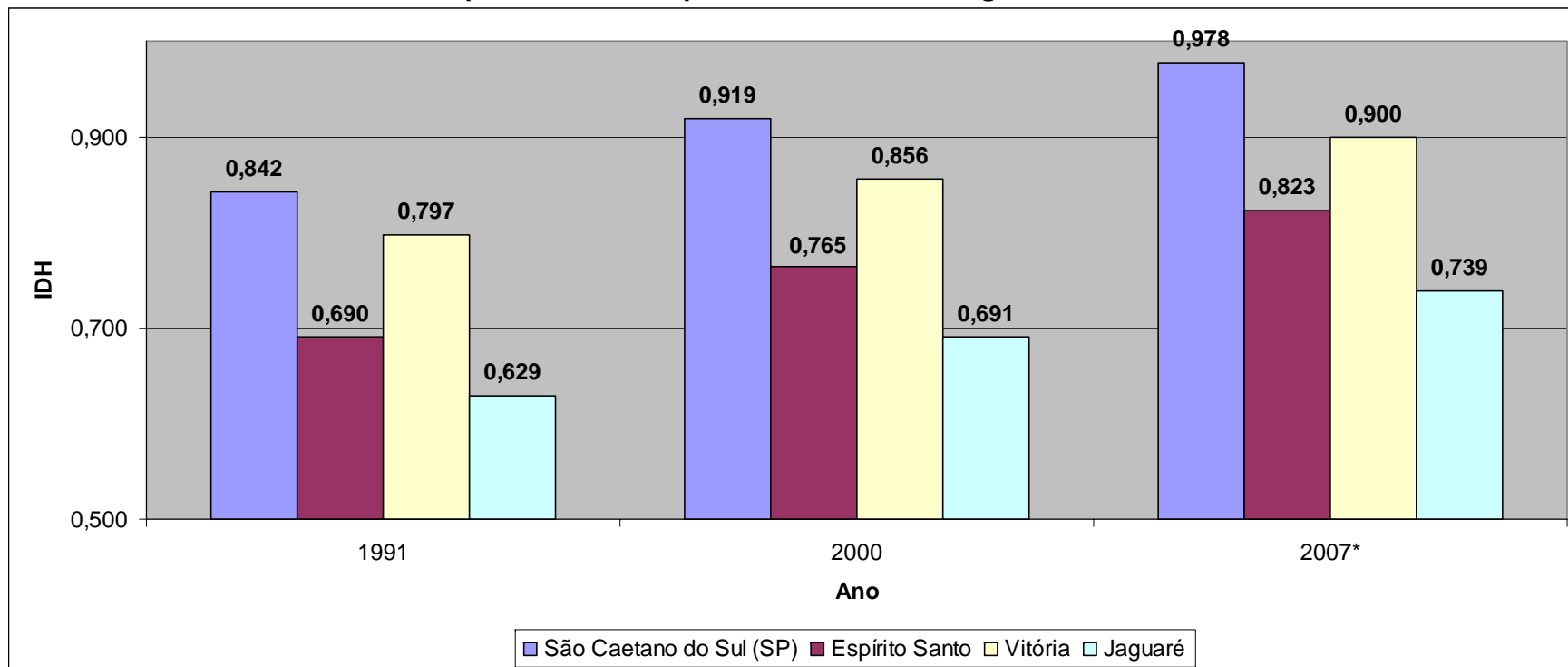
Nota: Os dados referentes ao ano de 2007 são uma projeção segundo dados do PNUD.

Os índices que registraram maior crescimento foram a Educação, com 23,9% e longevidade, com 25,9%. O IDH-Renda obteve um crescimento de apenas 3,3%, sendo o principal responsável pela queda na média de crescimento global do IDH-M. Com base na projeção para 2007, o hiato de desenvolvimento humano⁴³ foi reduzido em 29,6%. Assim, se a taxa de crescimento do IDH-M fosse mantida, o município levaria 26,2 anos para alcançar São Caetano do Sul⁴⁴ (0,919 em 2000), e 17,0 anos para alcançar Vitória (0,856 em 2000), os municípios com melhor IDH-M do Brasil e do Espírito Santo, respectivamente (Gráficos 6 e 7).

⁴³ Distância entre o IDH do município e o limite máximo do IDH (1 – IDH).

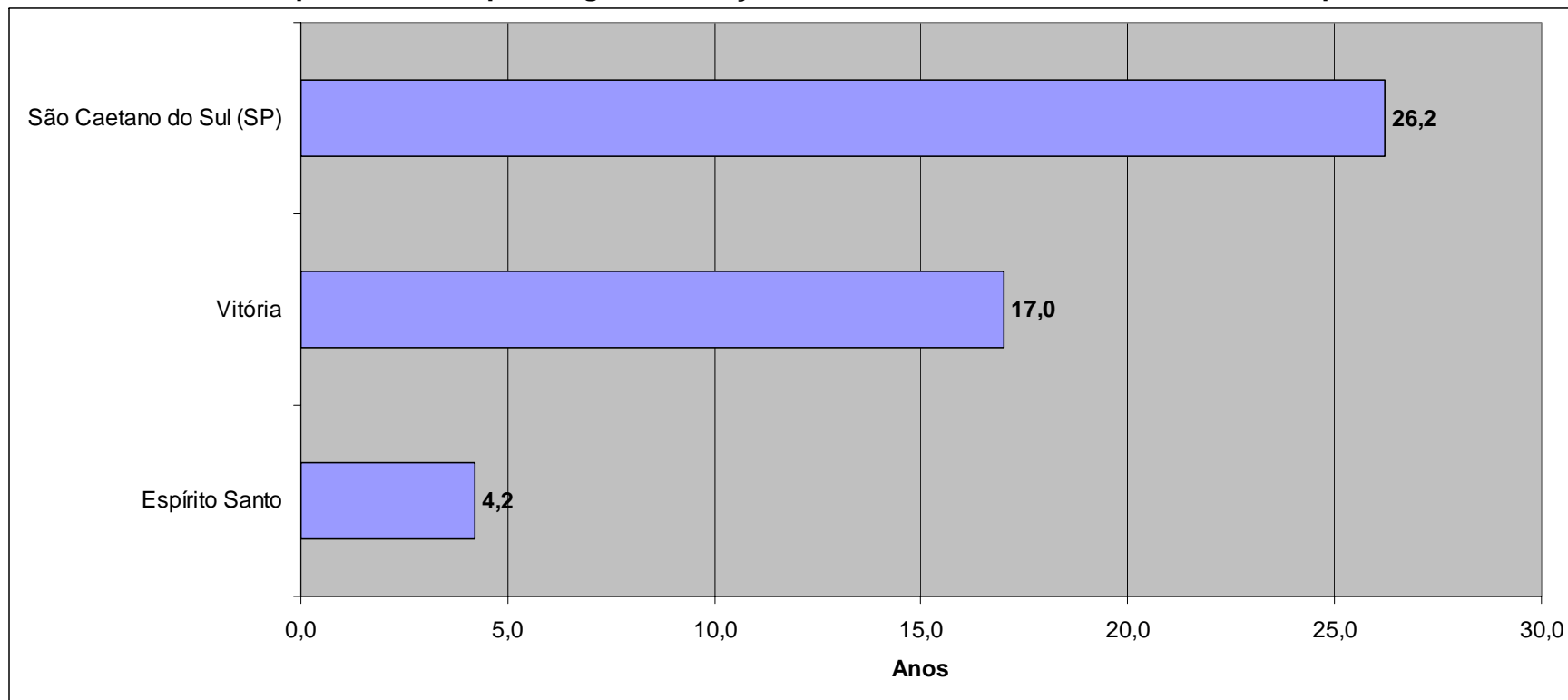
⁴⁴ Estado de São Paulo.

Gráfico 5: Comparativo IDH - Espírito Santo, Vitória, Jaguaré e São Caetano do Sul



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD (2003).
Nota: Os dados referentes ao ano de 2007 são uma projeção segundo dados do PNUD.

Gráfico 6: Tempo necessário para Jaguaré alcançar o IDH de São Caetano do Sul, Vitória e Espírito Santo



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD (2003).

Nota: Projeção Segundo dados do PNUD.

Segundo projeção, em 2007, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Jaguaré foi de 0,739. De acordo com a classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,500 e 0,799⁴⁵).

Quanto aos dados coletados no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2003), com indicadores referentes a 2000, Jaguaré ocupa a posição número 3137, sendo que 3136 municípios (56,9%) estão em situação melhor e 2370 municípios (43,1%) estão em situação pior ou igual, o que pode ser considerada uma condição intermediária. Em relação aos outros municípios do Estado do Espírito Santo, Jaguaré ocupa a 63ª posição (Tabela 12). Em relação aos subíndices IDH-Educação, IDH-Renda e IDH-Longevidade, Jaguaré ocupa a 48ª, 51ª e 74ª colocação, respectivamente. Além disso, Jaguaré ocupa a 68ª posição em relação ao percentual de crescimento do IDH entre 1991 e 2000 (6,9%), sendo Brejetuba (22,5%) o município que se encontra em primeiro lugar nesse cruzamento.

⁴⁵ Classificação do IDH: entre 0 e 0,499 – baixo; entre 0,500 e 0,799 – médio; entre 0,800 e 1,000 – alto.

Tabela 12: Ranking IDH-M – Espírito Santo

(continua)

Colocação	Município	IDH-M (2000)	IDH-M Educação (2000)	IDH-M Longevidade (2000)	IDH-M Renda (2000)
1º	Vitória	0,856	0,948	0,762	0,858
2º	Vila Velha	0,817	0,928	0,734	0,79
3º	Iconha	0,79	0,83	0,808	0,732
4º	Guarapari	0,789	0,872	0,784	0,712
5º	Santa Teresa	0,789	0,827	0,831	0,708
6º	Anchieta	0,785	0,891	0,784	0,679
7º	Ibiraçu	0,78	0,865	0,76	0,715
8º	Venda Nova do Imigrante	0,778	0,847	0,762	0,724
9º	Piúma	0,776	0,854	0,784	0,691
10º	Colatina	0,773	0,847	0,762	0,709
11º	Aracruz	0,772	0,885	0,736	0,695
12º	Cachoeiro de Itapemirim	0,77	0,867	0,732	0,711
13º	Dores do Rio Preto	0,769	0,858	0,759	0,689
14º	Bom Jesus do Norte	0,766	0,86	0,772	0,665
15º	João Neiva	0,766	0,879	0,734	0,684
16º	Castelo	0,762	0,828	0,757	0,702
17º	Serra	0,761	0,896	0,705	0,683
18º	Rio Novo do Sul	0,76	0,814	0,808	0,658
19º	Linhares	0,757	0,852	0,719	0,700
20º	Alfredo Chaves	0,754	0,823	0,784	0,655
21º	Marechal Floriano	0,754	0,809	0,762	0,692
22º	Fundão	0,752	0,842	0,734	0,68
23º	São Roque do Canaã	0,751	0,822	0,772	0,658
24º	Cariacica	0,75	0,878	0,703	0,669
25º	Itaguaçu	0,748	0,811	0,772	0,662
26º	Marilândia	0,745	0,824	0,762	0,648
27º	São José do Calçado	0,745	0,817	0,757	0,662

Tabela 12: Ranking IDH-M – Espírito Santo

(continuação)

Colocação	Município	IDH-M (2000)	IDH-M Educação (2000)	IDH-M Longevidade (2000)	IDH-M Renda (2000)
28º	Guaçuí	0,743	0,808	0,727	0,693
29º	Mimoso do Sul	0,742	0,814	0,767	0,645
30º	São Gabriel da Palha	0,742	0,806	0,73	0,689
31º	Itarana	0,741	0,808	0,753	0,662
32º	Alegre	0,739	0,818	0,727	0,671
33º	Nova Venécia	0,738	0,837	0,704	0,673
34º	Viana	0,737	0,874	0,701	0,635
35º	Domingos Martins	0,736	0,793	0,74	0,675
36º	São Mateus	0,730	0,843	0,666	0,68
37º	Iúna	0,729	0,749	0,759	0,679
38º	Atilio Vivacqua	0,728	0,818	0,734	0,633
39º	Vargem Alta	0,727	0,786	0,743	0,653
40º	Rio Bananal	0,725	0,788	0,719	0,668
41º	Marataizes	0,724	0,839	0,654	0,678
42º	Santa Maria de Jetibá	0,724	0,753	0,753	0,666
43º	Apiacá	0,723	0,797	0,734	0,639
44º	Muniz Freire	0,723	0,758	0,727	0,685
45º	Muqui	0,723	0,819	0,682	0,667
46º	Ibatiba	0,721	0,735	0,759	0,67
47º	Irupi	0,719	0,741	0,759	0,658
48º	Laranja da Terra	0,719	0,789	0,74	0,628
49º	Afonso Cláudio	0,717	0,769	0,74	0,643
50º	Montanha	0,717	0,796	0,692	0,663
51º	Santa Leopoldina	0,711	0,772	0,753	0,609
52º	Baixo Guandu	0,71	0,824	0,659	0,646
53º	São Domingos do Norte	0,71	0,805	0,7	0,626
54º	Conceição do Castelo	0,709	0,785	0,701	0,641
55º	Pinheiros	0,709	0,801	0,705	0,621

Tabela 12: Ranking IDH-M – Espírito Santo

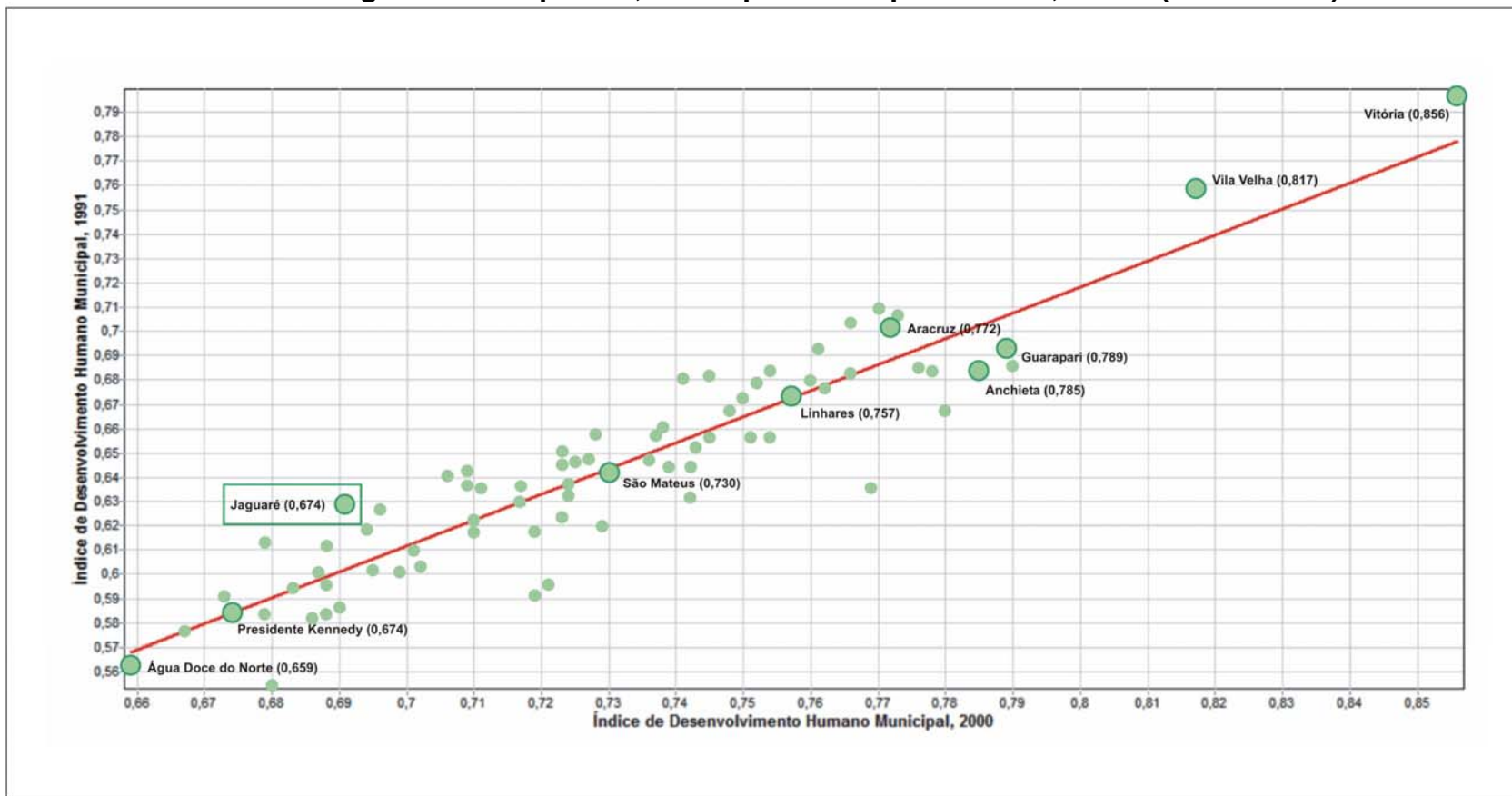
(conclusão)

Colocação	Município	IDH-M (2000)	IDH-M Educação (2000)	IDH-M Longevidade (2000)	IDH-M Renda (2000)
56º	Jerônimo Monteiro	0,706	0,81	0,65	0,658
57º	Sooretama	0,702	0,765	0,719	0,621
58º	Barra de São Francisco	0,701	0,794	0,663	0,645
59º	Vila Valério	0,699	0,771	0,676	0,649
60º	Ponto Belo	0,696	0,791	0,692	0,604
61º	Ecoporanga	0,695	0,793	0,681	0,612
62º	Boa Esperança	0,694	0,81	0,641	0,631
63º	JAGUARÉ	0,691	0,793	0,635	0,644
64º	Ibitirama	0,69	0,707	0,727	0,636
65º	Conceição da Barra	0,688	0,81	0,638	0,617
66º	Divino de São Lourenço	0,688	0,756	0,727	0,582
67º	Vila Pavão	0,688	0,787	0,676	0,602
68º	Itapemirim	0,687	0,792	0,654	0,614
69º	Águia Branca	0,686	0,787	0,641	0,63
70º	Mantenópolis	0,683	0,76	0,663	0,627
71º	Brejetuba	0,68	0,692	0,701	0,646
72º	Alto Rio Novo	0,679	0,765	0,638	0,634
73º	Mucurici	0,679	0,776	0,692	0,57
74º	Presidente Kennedy	0,674	0,761	0,654	0,606
75º	Pedro Canário	0,673	0,787	0,635	0,598
76º	Pancas	0,667	0,752	0,635	0,613
77º	Água Doce do Norte	0,659	0,767	0,626	0,583
78º	Governador Lindenberg ⁴⁶	-	-	-	-

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD (2003).

⁴⁶ Município instalado em 2001, após a realização do último levantamento do PNUD.

Gráfico 7: Diagrama de dispersão, Municípios do Espírito Santo, IDH-M (1991 – 2000)



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD (2003).

3. JAGUARÉ: POSSÍVEIS CICLOS HISTÓRICOS DO MUNICÍPIO

A cultura italiana traz em si algumas questões que nortearam o processo de colonização de Jaguaré. Nesse sentido, a exemplo de outras localidades, pode-se destacar três elementos fundamentais: a família, a igreja e o trabalho (VASCONCELOS E PANDOLFI, 2004, PANDOLFI, 2007).

Segundo Colbari (1998), a imigração italiana teve papel fundamental na substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalho livre. Assim,

Essa substituição propiciou a criação de um perfil de trabalhador diferente do escravo, com um nível de escolaridade melhor, de uma etnia branca, com um entendimento de ética para o trabalho bem diferente do encontrado no Brasil até então. Para a imigração, eles representavam um tipo humano disciplinado, com uma cultura de trabalho e organização social cujo eixo estava na igreja e no grau de parentesco (PANDOLFI, 2007, p. 88).

Nesse contexto, a família poderia ser compreendida tanto como uma unidade de produção quanto de reprodução, sendo auto-suficiente tanto na produção de alimentos quanto de bens artesanais (COLBARI, 1998).

Outro aspecto relevante é o papel desempenhado pela igreja. O trabalho balizado pelos preceitos religiosos apresentava valores de solidariedade que se sobrepujam às pretensões individuais. Como afirma Pandolfi (2007, p. 89), “A coesão e os investimentos em prol da coletividade são aspectos encontrados na vida comunitária das colônias italianas. Talvez o isolamento e o difícil acesso a outras localidades expliquem um pouco esse fator de coesão social”. A religião afirmava-se como uma variável cultural que corroborava e estimulava a tendência à solidariedade na cultura italiana (DERENZI, 1974; BANCK, 1998; PANDOLFI, 2007).

A formação baseada na cultura do trabalho, no núcleo familiar e na religião é percebida de forma evidente em Jaguaré. Colonizado por descendentes de italianos que migraram principalmente das localidades de Castelo e Venda Nova do Imigrante (regiões sul e sudoeste serrana, respectivamente), Jaguaré apontou sérios indícios da existência de capital social. No levantamento histórico deste trabalho e por meio das entrevistas realizadas, alguns pontos podem ser destacados, corroborando esta

afirmativa. Para enumerar alguns, destacam-se a ajuda mútua na realização das obras públicas e privadas; decisões tomadas por meio de reuniões comunitárias; a criação de associações e cooperativas visando a alavancar o desenvolvimento local, a exemplo da Cooperativa de Cafeicultores e do Comitê Pró-melhoramentos de Jaguaré.

Contudo, imaginava-se no princípio deste estudo um município dotado de capital social e relações cívicas do início de sua colonização até os dias atuais, entretanto, face aos dados coletados no transcorrer da pesquisa percebeu-se uma espécie de organização cíclica de sua história.

Assim, com base nas pesquisas bibliográficas e das entrevistas realizadas, parte-se do pressuposto da existência de três ciclos no município de Jaguaré que podem ser demarcados por acontecimentos referentes ao caminhar de sua história: i) o primeiro ciclo diz respeito ao processo de colonização; ii) o segundo ciclo, relativo ao processo de emancipação e a ascensão de disputas políticas e iii) o terceiro ciclo que se refere a um possível processo de organização capitaneado pelo poder público local.

3.1. PRIMEIRO CICLO: A COLONIZAÇÃO A PARTIR DAS RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO E CONFIANÇA

Como observado no capítulo 3 deste estudo, o município de Jaguaré surge a partir da migração de descendentes de italianos que viviam nas regiões sul e sudoeste serrana do Estado do Espírito Santo. A busca por novos espaços territoriais, somadas ao grande número de herdeiros das pequenas propriedades rurais daquelas regiões e os incentivos do governo estadual foram fatores fundamentais para o fluxo em direção ao norte capixaba.

Segundo José e Ilha Sossai⁴⁷, as condições inóspitas foram percebidas tão logo chegaram a Jaguaré, até então conhecido por Barra Seca. Segundo o casal, nada existia além da mata. Oriundos de Venda Nova do Imigrante, o casal, assim como outros, optou por migrar para o norte do Espírito Santo em função da escassez de

⁴⁷ Em entrevista concedida em 18 de março de 2008.

terras no sul, o que as tornavam muito caras para os pequenos agricultores. Naquele momento, as terras do norte eram doadas pelo executivo estadual, em função de uma política de ocupação territorial do Estado, motivado principalmente pela construção da ponte de Colatina, o que veio a facilitar o processo de escoamento da produção da daquela região.

Embora fosse interesse do governo o assentamento de famílias no norte, os incentivos eram restritos à doação das terras, não sendo dada nenhuma outra contrapartida ou apoio àqueles que ali chegavam. Os primeiros anos foram marcados por condições desfavoráveis e a ausência do poder público. O fato de o norte ser conhecido como um espaço de miséria e falta de recursos, fazia com que muitos não incentivassem a migração, como ocorreu com Nicolau Falchetto, conforme o relato abaixo.

**Relato 3 [sic]: Nicolau Falchetto, pioneiro e primeiro
comerciante de Jaguaré⁴⁸**

Notícias ruins se verificaram em Venda Nova e Castelo com os nossos amigos e parentes ao saberem que estamos de partida para Jaguaré, município de São Mateus. Todos nos aconselhavam não arriscar em transferir a residência para o norte do Estado. Alegavam dizendo:

– Você não sabe que São Mateus é a terra do ‘já teve’?.

E diziam:

– Lá já teve estrada de ferro, não tem mais. Teve porto marítimo, não tem mais. Teve aeroporto, não tem mais. Não vá lá, é a terra do ‘já teve’.

Diante destas manifestações não sabíamos como agir. Passamos a pedir informações com as pessoas que conheciam melhor a realidade sobre o norte do Espírito Santo, precisamente São Mateus. Uns diziam:

– Lá é terra de índio. Tem malária, tem onça”.

Encontrei-me com o Pe. Cleto Caliman, velho companheiro e amigo que também não deu boa notícia a respeito de São Mateus.

⁴⁸ Relato publicado em “Jaguaré: uma história de conquistas” (2003) de autoria de Nicolau Falchetto, falecido em 2007.

– Mas... agora que está tudo pronto para mudar para lá, o que vou fazer, Pe. Cleto?

Ele me responde:

– Bom, leva Dom Bosco para lá que tudo vai dar certo.

O conselho de Pe. Cleto Caliman funcionou mesmo. Ao chegar em Jaguaré, logo tratamos de organizar os Cooperadores Salesianos, compramos a imagem de Dom Bosco, construímos o campo de esporte Dom Bosco, abrimos a serraria Dom Bosco. Tudo feito com muita animação e participação de todos. Logo surgiram outras irmandades.

Aos que ali se instalaram, além de todo o ambiente inóspito oferecido pela mata, a dificuldade na compra de mantimentos e remédios tornavam a vida ainda mais difícil. As compras eram feitas a cavalo e os enfermos precisavam ser tratados no próprio local, sem os recursos necessários, uma vez que o transporte até a sede de São Mateus poderia agravar a situação.

Frente às dificuldades percebidas os colonos buscavam formas de organização que pudessem facilitar o processo de ocupação do solo. Num primeiro momento, a religião exerceu um importante papel. Aos domingos, os encontros que eram realizados com finalidades espirituais também serviam para reuniões onde eram discutidas ações que pudessem auxiliar no desenvolvimento daquele espaço. Além disso, nesses encontros eram marcados os mutirões para construção de casas e espaços de lazer.

Relato 4 [sic]: Polônia Falchetto, pioneira de Jaguaré⁴⁹

O povo era muito unido. Porque era um lugar novo mesmo, era mata ainda. Aí, então, quando um precisava construir a casa, chegava dia de domingo e avisavam: essa semana “tamo” precisando de gente para ir embarrear a casa, que era difícil. Aí ia todo mundo pra lá, embarrear... não, antes eles iam lá juntar as madeiras, aí fincavam aqueles paus cumpridos assim, colocava tudo os paus atravessados, assim, aí pegava um de cada lado e ia levando os

⁴⁹ Relato publicado em “Jaguaré: uma história de conquistas” (2003) de autoria de Nicolau Falchetto, falecido em 2007.

paus até de madrugada. Aí, depois que estava a estrutura da casa pronta, aí então que ia fazer o embarreio que eles falavam.

A união se estendia também ao empréstimo de equipamentos para a produção agrícola e à doação de terrenos para a construção de espaços comuns aos colonos, como a igreja e a sede da primeira cooperativa de agricultores de Jaguaré, na década de 1950. Eram poucos os recursos financeiros, evidenciando a necessidade de busca de mais dinheiro para a conclusão da obra. Para que pudesse haver repasse de verba do poder público para os processos de melhoria, era preciso a formação de uma associação. Surge então o Comitê Pró-melhoramentos de Jaguaré.

O Comitê Pró-melhoramentos de Jaguaré, no ano de 1959, por ocasião da construção da igreja, tendo em vista a carência de recursos para tocar a obra, o Sr. Aniceto Sossai, sugeriu que se entrasse em contato com o Sr. Oswaldo Zanelo, solicitando dele ajuda para poder tocar a construção da igreja. Enviamos o pedido ao Sr. Zanelo, tendo o mesmo nos orientado a passar por Castelo e procurássemos com o Sr. Arquileu Viváqua uma cópia do estatuto do Comitê Pró-melhoramentos de Castelo. Só nos era possível adquirir recursos se tivéssemos uma sociedade com personalidade jurídica (FALCHETTO, 2003, p. 153).

De posse do estatuto do comitê de Castelo, foi iniciado um ciclo de reuniões de conscientização com as lideranças de Jaguaré, sob a direção de Nicolau Falchetto e secretariado por Antônio Sossai e Wantuil Facco (FALCHETTO, 2003). Em 25 de julho de 1959, após a discussão e aprovação do estatuto, deu-se início à eleição da diretoria. Muitas barreiras burocráticas tiveram que ser vencidas para que o Comitê Pró-melhoramentos de Jaguaré fosse registrado.

Ultrapassados os obstáculos, Jaguaré passou a usufruir das vantagens junto ao poder público, obtendo recursos para a finalização da construção da igreja e para a realização de outras obras como estradas, um ginásio, uma escola e a sede da primeira cooperativa do município.

O Comitê Pró-melhoramentos de Jaguaré pode ser considerado o embrião do processo de desenvolvimento e também a materialização das relações de cooperação e confiança encontradas na região. Criado a partir de uma demanda

social e gerido por membros da própria comunidade, o comitê foi um marco para o desenvolvimento da capacidade associativa daquele povo.

Outro momento vivido pela comunidade de Jaguaré que evidencia a capacidade de união de seus membros foi o processo de emancipação do município. Após perceberem que Jaguaré estava em processo de estabilização econômica por meio do extrativismo vegetal e da agricultura, chegou-se à conclusão que já havia a possibilidade daquele espaço se transformar em um distrito e assim obter mais recursos para a aplicação no bem público.

A organização popular levou membros da comunidade a ocuparem espaços políticos até então distantes de sua realidade. Foram eleitos vários vereadores, além de um vice-prefeito, quando o município ainda pertencia a São Mateus. A capacidade de organização política levou a um inevitável processo de emancipação, tornando Jaguaré, até então distrito mateense, em um município no ano de 1981.

Como apresentado no Capítulo 1, Putnam (2006) procura evidenciar possíveis parâmetros para avaliar aquilo que Tocqueville (2004) nomeou cultura cívica. São elencados pelo autor norte-americano fatores como a igualdade política, perfil associativista, solidariedade, confiança e tolerância como elementos que ajudam a comprovar a existência de uma cultura cívica num determinado espaço.

Como Putnam (2006) preconiza, o interesse pelas questões públicas é um sinal relevante para a virtude cívica. Assim, a forma com a qual o processo de desenvolvimento de Jaguaré se deu desde o princípio – a partir de reuniões democráticas, da criação de associações e cooperativas (a exemplo do Comitê Pró-melhoramentos de Jaguaré) e de relações de cooperação – é um forte indício que leva a crer na existência de cultura cívica e capital social em Jaguaré.

Outro fator muito presente nas entrevistas realizadas é a existência de relatos que evidenciam a noção de um interesse bem compreendido, como trabalhado por Tocqueville (2004). Muitos daqueles entrevistados apresentaram a questão da união não apenas como um elemento necessário apenas ao desenvolvimento do município no âmbito comunitário, mas também pessoal, ou seja, o interesse próprio

apresentou-se sensível ao interesse dos outros e gerou relações de cooperação e confiança favoráveis a todos os membros da comunidade.

3.2. SEGUNDO CICLO: DISPUTAS POLÍTICAS COMO FATORES PARA UMA POSSÍVEL DESARTICULAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL EM JAGUARÉ

O processo de emancipação de Jaguaré tem início nos anos 1960 quando da criação do distrito. Segundo relatos, a independência política em relação a São Mateus nasceu de um anseio popular e por meio de reuniões, sendo capitaneado pelo Comitê Pró-melhoramentos de Jaguaré.

A em 1968 foi realizada uma reunião cujo principal ponto de pauta tratava do processo de emancipação.

Quadro 4: Trecho da ata de reunião realizada em 30 de novembro de 1968

[...] Discorrendo sobre o resultado do esforço de todos e que esta graça [a possibilidade de emancipação] não pertencia a ninguém a não ser a todos os habitantes da Vila [de Jaguaré]. Usou da palavra a seguir o professor David Hupp. Fazendo um relatório da viagem que fez com Sr. Nicolau Falchetto a Vitória por ocasião do curso de diretores de ginásio e disse do apoio e interesse que viu das autoridades em Vitória em nos orientar e nos apoiar no desenvolvimento de Jaguaré.

O vereador Pedro Sossai usando da palavra discorreu sobre a união que existiu no passado nas lideranças dos nossos velhos e que aquele exemplo deve ser imitado sobretudo nesta obra difícil que só a união e compreensão de todos pode-se evoluir. Prosseguindo, indicou os senhores Calixto Dagostini, David Hupp, Nicolau Falchetto, Ernani Rocha, Zenóbio Prati como membros da comissão pró-emancipação de Jaguaré que foi aprovada por unanimidade.

Usou da palavra o Sr. Ernani Rocha discorrendo sobre o entusiasmo e a satisfação que reina entre o povo conclamando a união e colaboração de todos. A reunião ocorreu sob absoluto interesse, participando da mesma

homens e senhoras, rapazes e moças e até mesmo as crianças. Todos numa verdadeira vibração cívica.

Em 1981 ocorreu a primeira eleição em Jaguaré, tendo sido eleito Domingos Sávio Martins. As relações de cooperação e confiança, construídas ao longo do processo de colonização, passam a se enfraquecer no município, aparentemente em função das disputas políticas percebidas naquele período. Nesse pleito, a cidade passa a se dividir em grupos políticos distintos, fator que pode ser considerada como uma evidência da gênese da perda da cultura cívica naquele espaço.

As decisões conjuntas em reuniões envolvendo a comunidade cedem espaço ao jogo político bilateral. Há um processo de desestabilização das características que envolvem fortes laços cívicos e de cooperação, fator que pode ser decisivo para a quebra da coesão social percebida até aquele momento.

Possíveis conseqüências desse processo pode ser a perda de elementos ligados ao interesse bem compreendido, apresentado por Tocqueville (2004), afinal, num espaço de disputas onde a ação política está dissociada das questões comunitárias, interesses pessoais (ou de um determinado grupo) tendem a se sobrepor aos interesses públicos, o que pode ser um elemento de cisão de um círculo virtuoso e o surgimento de um círculo vicioso.

Na década de 1990 as relações de disputa se intensificam, sendo consolidada a existência de dois grupos: de um lado Domingos Sávio Martins e de outro Evilásio Sartório Altoé. Em 1992 Martins é eleito novamente, porém deixa o cargo para assumir como suplente uma vaga na assembléia legislativa, assumindo o seu vice, Alaídes Mariani. No pleito seguinte (1996), Altoé é o vencedor da disputa, sendo reeleito em 2000 e fazendo seu sucessor, Floriano Picolli, em 2004.

Neste ano, a vitória de Picolli foi contestada, uma vez que ele possuía contrato com a Prefeitura Municipal de Jaguaré, não sendo o mesmo diplomado para assumir o cargo em janeiro de 2005. Assume a prefeitura, em caráter interino, o presidente da Câmara Municipal, vereador Rogério Feitani, que se afasta do cargo para disputar as novas eleições de 2005 (Quadro 3).

Somadas às questões políticas, a ampliação do contingente populacional, agravado principalmente pela colheita agrícola, possivelmente criou-se uma desestabilização no município em função da chegada de novos moradores que não estavam inseridos na matriz histórica daquele espaço, ou seja, não eram e não foram partícipes do seu processo de construção.

Segundo relatos coletados nas entrevistas, a chegada de lavradores atraídos pelas colheitas trouxe um ciclo de pobreza ao município e graças às condições de disputa política municipal, favoreceu a adoção de ações assistencialistas que perduram até o presente momento.

A coleta de dados evidencia que nos espaços mais tradicionais do município como as comunidades do interior, a exemplo da comunidade de Nossa Senhora de Fátima e Jiral, foram mantidos determinados laços de cooperação e confiança. Porém, nas comunidades próximas à Sede, espaço no qual tradicionalmente se instalam os lavradores em busca de trabalho, é percebido o aumento da pobreza.

Nesse contexto, o processo político em Jaguaré apresenta-se dissociado das relações encontradas naquele município quando de sua construção. As decisões conjuntas cedem espaço para um processo político bipolar, marcado pelo denunciamento. Além disso, a chegada e instalação de lavradores em busca de trabalho trouxe uma nova configuração àquele município: o surgimento de uma classe com poucos recursos para a sobrevivência que passaram a ser dependentes de políticas assistencialistas.

Esses fatores podem ser considerados como possíveis sinais para a redução do estoque de capital social (PUTNAM, 2006) o que pode ter impactado a cultura cívica (TOCQUEVILLE, 2004) do município e ter gerado como consequência a diminuição do perfil associativista entre o início dos anos 1980 e o final da década de 1990, além de resultados pouco expressivos no que diz respeito ao Índice de Desenvolvimento Humano, que está entre os piores do Espírito Santo.

3.3. O TERCEIRO CICLO: POSSÍVEIS CAMINHOS PARA A REARTICULAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

A partir de 2000, Jaguaré passa por um processo de reestruturação no âmbito econômico alavancado pelo crescimento da produção agrícola, graças às condições favoráveis para o processo de implantação de novas tecnologias no campo⁵⁰. Incentivos foram dados tanto pelo poder público estadual quanto municipal. A produção cafeeira passou a ser ampliada e as novas tecnologias passaram a fazer parte da agenda produtiva do município.

Paralela às novas ações voltadas para a melhoria nos processos agrícolas, a nova economia do petróleo, intensificada no Espírito Santo a partir da descoberta de novas fronteiras exploratórias passa a gerar grandes volumes de *royalties* e participações especiais para Jaguaré (Tabelas 9 e 10). Embora as receitas oriundas da produção petrolífera representem apenas 20% da arrecadação municipal, aparentemente, a aplicação desses recursos, de um certo modo, alavancaram o investimento em infra-estrutura no município, importante fator de suporte para as atividades agrícolas.

Relato 5 [sic]: Nery de Rossi, gerente de engenharia de produção da Unidade de Negócio de Exploração e Produção da Petrobras no Espírito Santo⁵¹

Jaguaré, que recebia trocados de *royalties* [nos anos 1990], passa a receber muitos *royalties*. Um valor considerável [na casa de R\$ 7 milhões ao ano]. Independente do partido político dos representantes legais da época houve um fator interessante em Jaguaré. Os dirigentes tiveram uma percepção muito interessante. A regra para a aplicação de *royalties* antes da lei em 1998 dizia que esses recursos deveriam ser aplicados em infra-estrutura, educação, saneamento, entre outros.

Com a legislação de 1998, isso ficou meio no ar e turma de Jaguaré sabia que a curva de produção naquele período era pequena e resolveram pegar esse dinheiro para desenvolver aquilo que eles eram mais fortes: a cafeicultura. Então eles melhoraram a qualidade do café, criaram centros de

⁵⁰ Vale ressaltar que a política bipolar observada no segundo ciclo ainda está presente em Jaguaré.

⁵¹ Entrevista concedida em 09 de abril de 2008.

melhorias, trouxeram mudas. Tiveram a visão de olhar para o futuro e dizer: “se conseguirmos desenvolver a cafeicultura enquanto tivermos esse dinheiro, o petróleo pode até acabar, mas a agricultura permanecerá”.

A capacidade de organização em Jaguaré foi fundamental para o processo. Jaguaré era e ainda é um município pequeno, o dinheiro era suficiente e o quadro político [a partir de 1996] era favorável de tal maneira que eles conseguiram se articular e definir o uso prioritário para a aplicação dos *royalties*. Eles se preocuparam em abrir estradas para escoamento da produção e se preocuparam com a agricultura e melhoria econômica do município esperando o futuro. A legislação do petróleo veio para corroborar práticas que já eram utilizadas em Jaguaré. A prefeitura foi um fator determinante para esse processo.

O relato acima apresenta um panorama da aplicação de recursos do petróleo como elemento fomentador para a agricultura, principal fonte de recursos de Jaguaré. A participação institucional na aplicação desses recursos mostrou-se pioneira e de grande relevância para que fossem criadas condições para o desenvolvimento.

Neste novo ciclo, o incentivo à organização social também se mostrou como um fator determinante para a criação de cooperativas e associações. Atualmente Jaguaré conta com cerca de vinte associações ou cooperativas em funcionamento, o que evidencia, no momento presente, a capacidade de organização por um lado e a presença institucional como fomentadora desse processo.

Além disso, as projeções para índices correlacionados à educação, saúde e renda (Tabela 11) são favoráveis e podem reverter o quadro referente ao Índice de Desenvolvimento Humano, consolidado pelo PNUD.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta pesquisa realizada em Jaguaré foi possível o delineamento de possíveis ciclos históricos naquele município. A chegada dos imigrantes é considerada neste trabalho como um marco no processo de colonização daquele espaço. Os processos democráticos de organização, a percepção de que a colaboração mútua e a confiança que era percebida entre os membros daquela comunidade são fatores que explicitam a existência de capital social, tal qual trabalhado por Robert Putnam (2006).

Nesse contexto, segundo Hoffmann (2005, p. 44),

O capital social, baseado em confiança e cooperação, surge espontaneamente apenas em sociedades que seguem uma tradição histórica de civismo e de utilização da confiança e cooperação para resolver conjuntamente seus problemas. Nesse caso, é a trajetória histórica de um determinado território que determinará a existência ou não do capital social.

Como analisado ao longo deste estudo, a trajetória histórica de Jaguaré apresenta a existência de capital social que, de acordo com Hirshman (1984), quanto maior o uso maior a sua consolidação. O surgimento do Comitê Pró-melhoramentos de Jaguaré pode ser considerado a materialização da análise do autor, uma vez que o surgimento dessa associação vem corroborar a capacidade de organização comunitária encontrada naquele espaço.

No entanto, as disputas políticas ocasionadas quando de sua emancipação, passam a ser um marco para redução do estoque de capital social, uma vez que as relações de cooperação e confiança são substituídas pelos jogos de poder. Nesse sentido, há um possível processo de esgotamento daquele capital social encontrado nas décadas anteriores.

Contudo, o processo de esgotamento de capital social percebido nos anos seguintes à emancipação pode ser considerado como um marco para o seu sepultamento?

Jagaré passou a estar inscrito numa nova realidade. O desenvolvimento de tecnologias agrícolas potencializou a produção e, por conseqüência, a necessidade

de um maior contingente de mão-de-obra. A cada colheita, uma representativa parcela de lavradores passou a se instalar no município, modificando seu desenho populacional, uma vez que o município passa a contar com novos moradores que não foram partícipes de sua colonização. Somada a uma condição política desfavorável às relações de cooperação, solidariedade e confiança, a inserção de atores deslocados do processo de desenvolvimento do município pode ser considerada também como indício do enfraquecimento do capital social.

A noção de marco de poder salientada por Merval Pereira em coluna publicada no jornal O Globo de 31 de maio de 2008, apresenta-se como pertinente a este estudo. Durante o período de emancipação de Jaguaré, instala-se uma condição política pautada nos embates políticos que dão origem a uma relação vertical e de esvaziamento da participação comunitária. Segundo Pereira (2008, p. 4),

North afirma que a determinados marcos de poder favorecem o desenvolvimento, enquanto outros prejudicam. Putnam, apropriando-se dos conceitos de North, avalia que as máfias no sul da Itália prejudicam o desenvolvimento, enquanto um maior valor de cidadania, relações horizontais e de confiança, em outras regiões da Itália, contribuem para a potencialização do desenvolvimento.

Porém, o marco de poder instalado após a emancipação pressupõe a extinção do capital social encontrado na trajetória histórica de Jaguaré? Como rearticular o capital social percebido em sua origem?

Essas questões levam ao estudo de uma aparente polarização no que tange os estudos do capital social, onde de um lado pode ser destacada a visão culturalista, defendida por Robert Putnam (2006) e a visão neo-institucionalista, do trabalho de Peter Evans (1993). Vale ressaltar que não houve, nesta pesquisa, a pretensão de discutir os apontamentos propostos pelos autores, mas o delineamento de caminhos que possam ser aplicados à questão jaguareense. Segundo Abu-El-Haj (1999, p. 69),

A teoria de Putnam [...] adota uma vertente cultural na explanação das fontes de confiança. Percebe-se, na leitura da obra, que a cultura política e a história particular determinam a existência ou inexistência do associativismo horizontal, base do engajamento cívico. Putnam acredita que o sistema político é um reflexo da lógica de hierarquia, coesão e autoridade das particularidades locais. Distinguiu entre dois tipos de

associação: o horizontal e o vertical. O primeiro aglutina membros de igual *status* e poder; o vertical reúne sujeitos desiguais numa relação assimétrica de hierarquia e dependência.

Nesse contexto, para Abu-El-Haj (1999), Putnam apresenta uma visão culturalista do capital social, sendo a cultura o elemento chave para a sua existência ou não. Para o autor, Putnam afirma a ausência de fatos conclusivos sobre a efetividade de uma possível ação institucional no auxílio da geração de capital social numa dada sociedade.

Porém, “a associação do capital social à herança cultural inquietou a grande maioria dos pesquisadores” (ABU-EL-HAJ, 1999, p. 71), dentre eles Peter Evans e Jonathan Fox. Segundo a visão destes autores, há um questionamento entre a causalidade de engajamento cívico e história-sociocultural. Abu-El-Haj (1999) salienta que Evans defende que a ausência de relações horizontais é fruto de ações políticas autoritárias. Ainda segundo o autor, “Fox concluiu que sociedades dominadas por poderes públicos clientelistas, autoritários e coercitivos não somente impedem a mobilização coletiva local, mas também bloqueiam a generalização de experiências bem-sucedidas” (ABU-EL-HAJ, 1999, p. 71). Nesse sentido, pôde-se perceber em Jaguaré a extinção do Comitê Pró-melhoramentos e a diminuição da participação comunitária nas decisões políticas como fatores que levaram a uma verticalização do processo, onde a principal consequência é a perda do engajamento cívico.

A contribuição de Evans (1993) parece pertinente em relação à realidade encontrada em Jaguaré. Nesse sentido, partiu-se do pressuposto que o engajamento cívico encontrado nas primeiras décadas de Jaguaré é um elemento relevante na análise do processo, uma vez que a base histórica é favorável ao capital social.

Entretanto, aparentemente, o novo marco de poder instalado pós-emancipação inseriu o município num sufocamento das ações bem-sucedidas (como o Comitê) o que leva a uma situação de ausência de relações horizontais que favoreçam a retomada do capital social como elemento do desenvolvimento daquele espaço. Assim, de acordo com os pressupostos neo-institucionalistas, o poder público por meio de políticas de longo prazo, em detrimento de políticas de governo, pode ser um importante ator no processo de retomada do capital social. Dessa forma,

Evans e Fox assumem o pressuposto básico de que as instituições públicas têm, além do monopólio da coerção, a exclusividade da mobilização dos recursos sociais. O Estado na sociedade moderna é a arena principal da convergência das demandas sociais, determinando, em última instância, o sucesso das iniciativas voluntaristas (ABU-EL-HAJ, 1999, p. 71-72).

Assim, a corrente neo-institucionalista ressalta a idéia de que o ativismo institucional pode ser elemento de incentivo para as redes cívicas adormecidas ou reprimidas, podendo essas redes ganharem vida autônoma num segundo momento (ABU-EL-HAJ, 1999; CUNHA, 2000).

Nesse sentido Evans (1993) apresentou três tipos de intervenção pública. A saber:

- Intervenção predatória – caracterizada por intervenções arbitrárias e coercitivas;
- Intervenção desenvolvimentista – mais eficiente na utilização dos recursos sociais disponíveis;
- Intervenção intermediária – pressupõe uma combinação híbrida de elementos desenvolvimentistas e predatórios, caracterizado pela imensa descontinuidade de ações e variedade de resultados.

A adoção de uma política de intervenção desenvolvimentista apresenta-se como um possível caminho para Jaguaré, onde ações fomentadas pelo poder executivo municipal poderia se apresentar como uma alternativa ao enfraquecimento do engajamento cívico, das relações de cooperação e confiança e ao enfraquecimento do perfil associativista no âmbito local.

Embora desconsidere o papel do poder público como agente para o (re)surgimento do capital social, a obra de Putnam (2006) é fundamental para a análise proposta neste trabalho. Seus conceitos ligados à idéia do associativismo horizontal são importantes quando se insere o Estado no processo de rearticulação do engajamento cívico e do capital social. Assim, como em Tocqueville (2004), é importante considerar que a confiança, a cooperação e a solidariedade brotam sob condições de relativa igualdade e de ausência de hierarquias impostas.

Nesse contexto, percebe-se em Jaguaré uma trajetória histórica como aquela percebida por Putnam (2006) no norte da Itália, porém, ao contrário do que aconteceu naquele país europeu, o adormecimento do capital social encontrado na origem da colonização jaguareense pode ser rearticulado pelo poder executivo municipal, por meio de ações que visem a ampliação da capacidade associativista, do processo de participação popular nos rumos do município, no desenvolvimento de metodologias que auxiliem a inserção comunitária no processo de desenvolvimento.

Cabe ressaltar que esta pesquisa teve como principal objetivo a análise do contexto sócio-histórico do município de Jaguaré e a possível existência de capital social naquele espaço. A partir do levantamento de informações e das entrevistas realizadas, foi possível chegar a alguns elementos conclusivos:

- Em seu processo de colonização, a partir de uma cultura pautada na família, no trabalho e na religião, Jaguaré apresentou a existência de capital social em sua origem até sua emancipação;
- O processo emancipatório gerou disputas políticas instaurando um marco de poder que, a partir daquele momento, fragilizou as relações de cooperação e confiança;
- A partir do final dos anos 1990, um novo marco de poder viabiliza o ressurgimento de novos movimentos associativistas e de participação popular, capitaneados pelo poder público municipal de Jaguaré. Assim, é evidenciado um possível redesenho da história do município, alavancado pela herança da cultura cívica e do capital social existentes quando de sua colonização e pela próspera arrecadação obtida por meio de novas tecnologias implantadas no campo e pelos *royalties* da nova economia do petróleo.

Entretanto, este trabalho limitou-se a descrever os fatos buscando principalmente a análise da existência ou não de capital social em Jaguaré. Como possibilidades de novas pesquisas, podem ser sugeridos estudos mais aprofundados sobre os seguintes temas: i) no que diz respeito ao município de Jaguaré, a análise do processo de emancipação e o surgimento de disputas políticas e sua relação com o enfraquecimento do capital social existente em sua origem; ii) no que tange ao papel

do Estado, a inserção do poder público como elemento de articulação ou rearticulação do capital social em municípios brasileiros.

Como é possível perceber, este trabalho não teve por objetivo o esgotamento das possibilidades de análise. Muito pelo contrário, pretende-se trazer à luz aspectos relevantes sobre os temas desenvolvimento local, cultura cívica e capital social, vistos aqui como importantes vetores para instrumentalizar atores sociais na busca e promoção de um desenvolvimento pleno e sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABU-EL-HAJ, J. O debate em torno do capital social: uma revisão crítica. **BIB**, nº 47, p. 65-79, Rio de Janeiro, 1999.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Versão 1.0.0: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2003. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em: 23 out. 2007.

AURICH, R. L. **Jaguaré**: das origens à contemporaneidade. Nova Venécia: Gráfica Cricaré, 1996.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Correção de valores**. Disponível em <<http://www4.bcb.gov.br/?correcao>>. Acesso em: 26 mar. 2008.

BANCK, G. **Dilemas e Símbolos**: estudos sobre a cultura política do Espírito Santo. Vitória: IHGES, 1998.

CARDOSO, R. C. L. **Sustentabilidade, o desafio das políticas sociais no século 21**. In: São Paulo em Perspectiva, nº 18(2), p. 42-48, São Paulo, 2004.

CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto II**: os domínios do homem. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

COLBARI, A. L. Família e trabalho na cultura dos imigrantes italianos. In: CASTIGLIONI, Aurélia H. (Org.). **Imigração Italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora**. Vitória: UFES, 1998. p.129-146.

CUNHA, L. A. G. Confiança, capital social e desenvolvimento territorial. **R. RA'EGA**, nº 4, p. 49-60, Curitiba, 2000.

D'ARAUJO, M. C. **Capital Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

DE FRANCO, A. **Pobreza & desenvolvimento local**. Brasília: Arca, 2002.

DERENZI, S. **Os italianos no Estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO LOCAL. **Fórum de desenvolvimento local integrado e sustentável de Jaguaré**. Jaguaré: ADEJ, 2002.

EVANS, P. **O Estado como problema e solução**. Lua Nova: revista de cultura e política, Rio de Janeiro, n. 28/29, p. 107-156, 1993.

FALCHETTO, N. **Jaguaré: uma história de conquistas**. Venda Nova do Imigrante: Gravenol, 2003.

FERNANDES, A. S. A. O Conceito de Capital Social e Sua Aplicação na Análise Institucional e de Políticas Públicas. In: XXV EnANPAD, Campinas/SP. **EnANPAD**. 2001.

FREY, K. Desenvolvimento sustentável local na sociedade em rede: o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação. **Revista de Sociologia e Política**, nº 21, p. 165-185, Curitiba, 2003.

FUKUYAMA, F. Social Capital and Civil Society. In: **IMF Conference on Second Generation Reforms**, October of 1999. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/seminar/1999/reforms/fukuyama.htm>>. Acesso em: 1 out. 2007.

HIRSHMAN, A. Against parsimony: three case way of complicating some categories of economic discourse. **American Economic Review**, nº 74, 1984.

HOFFMANN, T. R. **Guarapari cidade saúde: um estudo de caso da relação existente entre capital social e desenvolvimento local**. 2005. 171p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

HOLANDA, M. C.; GOSSON, A. M. P. M.; NOGUEIRA, C. A. G. **O índice de Gini como medida de concentração de renda**. Nota técnica nº 14. Governo do Estado do Ceará. Ceará, 2006.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Indicadores de Desenvolvimento do Espírito Santo**. Disponível em <<http://www.ijsn.es.gov.br>>. Acesso em: 1 out. 2007.

LAVILLE, C.; DIONE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: EDUFMG, 1999.

MILANI, C. **Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)**. UFBA, 2004. Disponível em <<http://www.adm.ufba.br/capitalsocial>>. Acesso em 12 de setembro de 2007.

PUTNAN, R. D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna**. 5. ed. FGV: São Paulo, 2006.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (INCAPER). **Programa de assistência técnica e extensão rural**. Jaguaré, 2008.

OLIVEIRA, F. Aproximações ao enigma: que quer dizer desenvolvimento local? In: CACCIA-BAVA, S.; PAULICS, V.; SPINK, P. **Novos contornos da gestão local: conceitos em construção**. São Paulo: FGV, 2002, p. 11-31.

PANDOLFI, R. **A imigração italiana e construção de um capital simbólico: uma reflexão sobre os empresários de Colatina**. 2007. 130p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

PEREIRA, M. Rio, hora da virada. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 4, 31 mai. 2008.

TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América: sentimentos e opiniões**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES. **Inforoyalties**. Campos dos Goytacazes, 2008. Disponível em <<http://www.inforoyalties.ucam-campos.br/>>. Acesso em: 26 mar. 2008.

VASCONCELLOS, J. G. M.; PANDOLFI, R. As Elites e a Gestão do Desenvolvimento: o caso do Espírito Santo. In: VASCONCELLOS, J. G. M.(Org.). **Memórias do Desenvolvimento**. Vitória: Multiplicidade, 2004. p. 123-143.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. **Métodos de pesquisa em administração**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

WHITEHEAD, L. Jogando boliche no Bronx: os interstícios incivis entre a sociedade civil e a sociedade política. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 14, n. 41, novembro, 1999.